U.PORTO

MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Divórcio e Parentalidade: Perspetivas sobre o Envolvimento Paterno, os seus Fatores e Consequências

Cindy Silva Guedes

M

2026

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Divórcio e Parentalidade: Perspetivas sobre o Envolvimento Paterno, os seus Fatores e Consequências

Cindy Silva Guedes

Outubro, 2026

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, Psicologia da Educação e Desenvolvimento Humano, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pelo Professor Doutor **José Albino Lima** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, trabalho e interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto concetuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Sem prejuízo do disposto anteriormente, a autora declara que recorreu a ferramentas de Inteligência Artificial durante o processo de elaboração deste trabalho. Em particular, utilizou-se ChatGPT e Gemini para obter apoio na procura e tradução das fontes citadas, na revisão da clareza e coerência textual, bem como na verificação de aspetos gramaticais e ortográficos. O recurso a estas ferramentas limitou-se aos usos descritos, mantendo-se as ideias, a análise, a interpretação dos resultados, a elaboração científica e a redação inicial da Dissertação integralmente da responsabilidade da autora.

Agradecimentos

Antes de mais, gostava de agradecer ao meu orientador Professor Doutor José Albino Lima por todo o apoio, dedicação, orientação e compreensão ao longo de todo o processo. Foi um privilégio trabalhar consigo numa das fases mais exigentes do percurso académico. Um obrigada nunca será suficiente.

À Dra. Ana Moreira, que foi minha orientadora de estágio, e que sempre teve uma palavra de carinho e tranquilidade face a todas as minhas preocupações. Muito obrigada por todo o esforço que fez para me ajudar a conseguir realizar a minha investigação, por toda a preocupação que continua a demonstrar, e por torcer tanto pelo meu sucesso. Levarei para sempre comigo tudo o que fez por mim.

À minha mãe e aos meus avós por todo o apoio que sempre me deram ao longo de toda a minha vida e todas as oportunidades que sempre se esforçaram tanto para me proporcionar, sem vocês não teria conseguido alcançar grande parte das minhas conquistas. Nunca conseguirei exprimir toda a gratidão por tudo o que sempre fizeram e continuam a fazer todos os dias por mim. Esta vitória não é minha, é nossa!

Aos meus amigos de infância Ana, Regina, Nádia, Matilde, Joaquim e Sandro pela cumplicidade e apoio ao longo da minha vida, e pelos momentos de distração, diversão e calma que me proporcionaram ao longo do processo stressante e exaustivo de elaboração desta dissertação. Não teria conseguido sem vocês.

Ao Gabriel, pelo apoio e pela motivação nas fases mais desafiantes deste processo, pela preocupação e carinho que demonstra, e pelos momentos de distração que me proporcionou quando mais precisava. Ajudaste muito mais do que aquilo que imaginas.

Aos amigos que a faculdade me proporcionou, Carolina, Lara, Raquel, Leonardo e Rita, que fizeram da FPCEUP casa e tornaram o meu percurso académico mais leve e divertido. Levo-vos para sempre com muito carinho no meu coração e na minha vida.

À Clara, que merece um parágrafo dedicado a ela. Um agradecimento muito especial por todos os desabafos, carinho, saídas, conversas, sleepovers, experiências e toda a infinidade de coisas que me proporcionou desde que a conheci. Sou extremamente grata pela tua amizade, nunca ninguém me compreendeu tão bem, és a calma no meio da confusão e a compreensão no meio do julgamento, e é um enorme privilégio poder dizer que és minha melhor amiga. Sou muito mais feliz desde que entraste na minha vida e mal posso esperar por tudo o que ainda vamos viver juntas. Muito obrigada por tudo!

Resumo

O envolvimento paterno após o divórcio constitui um fenómeno complexo e multidimensional, que não se limita à presença ou à frequência de contacto entre pai e filhos. O presente estudo teve como objetivo compreender as diferentes formas de envolvimento paterno, os fatores individuais, relacionais e contextuais associados e as suas consequências para o desenvolvimento dos filhos e para o próprio pai. Participaram no estudo 15 progenitores divorciados (seis pais e nove mães). Os dados foram recolhidos através de entrevistas semiestruturadas e tratados mediante análise temática. Os resultados evidenciaram diferentes formas de envolvimento relativamente ao tempo de contacto, às responsabilidades parentais e à qualidade da interação, demonstrando que estas dimensões se relacionam, embora a sua articulação não seja linear. O envolvimento mostrou-se associado a múltiplos fatores: individuais (perceções do pai sobre a parentalidade, situação profissional, vivências na família de origem, autoeficácia e bem-estar psicológico), relacionais (idade dos filhos, relação coparental e apoio materno) e contextuais (regime de guarda, rede de apoio, expectativas sociais e distância geográfica), embora nenhum explique o fenómeno de forma isolada. Os participantes associaram ainda a participação paterna a repercussões escolares, comportamentais, sociais, físicas e socioemocionais nos filhos, registando-se também transformações na identidade do próprio pai. Estes resultados reforçam a necessidade de compreender a parentalidade pós-divórcio de forma integrada, atendendo não apenas à quantidade de tempo, mas sobretudo à qualidade das interações e aos contextos em que decorrem.

Palavras-chave: divórcio; envolvimento paterno; paternidade; coparentalidade; desenvolvimento dos filhos.

Abstract

Father involvement after divorce is a complex and multidimensional phenomenon that is not limited to the presence of the father or the frequency of contact between fathers and children. This study aimed to understand the different forms of father involvement, the individual, relational, and contextual factors associated with it, and its consequences for children's development and for the father himself. Fifteen divorced parents (six fathers and nine mothers) took part in the study. Data were collected through semi-structured interviews and analysed using thematic analysis. The results revealed different forms of involvement in terms of contact time, parental responsibilities, and quality of interaction, showing that these dimensions are related, although not in a linear way. Involvement was associated with multiple factors: individual (fathers' perceptions of parenthood, employment situation, experiences in the family of origin, self-efficacy, and psychological well-being), relational (children's age, the coparenting relationship, and maternal support), and contextual (custody arrangements, support networks, social expectations, and geographical distance), although no single factor explains the phenomenon in isolation. Participants also linked paternal participation to academic, behavioural, social, physical, and socioemotional outcomes in the children, and reported changes in the father's own identity. These findings reinforce the need to understand post-divorce parenting in an integrated way, considering not only the amount of time spent together but, above all, the quality of interactions and the contexts in which they take place.

Keywords: divorce; paternal involvement; fatherhood; coparenting; children's development.

Índice

Introdução **8**
Contextualização do divórcio e fatores associados 8
Consequências do divórcio para os filhos 9
Consequências do divórcio para os pais 10
Formas de envolvimento paterno 10
Fatores que influenciam o envolvimento paterno 11
Consequências do envolvimento paterno 14
Objetivo e questões de investigação 15
Método **16**
Participantes 16
Instrumentos 16
Procedimentos de recolha de dados 16
Procedimentos de análise de dados 17
Resultados e Discussão **17**
Formas de envolvimento paterno 17
Fatores individuais do pai 20
Fatores individuais da criança ou adolescente 24
Relação coparental 26
Variáveis contextuais 30
Consequências desenvolvimentais para a criança/adolescente 34
Consequências para o pai 38
Conclusão **40**
Referências bibliográficas **42**
Anexos **47**
Anexo A 47
Anexo B 51
Anexo C 55
Anexo D 57

Introdução

Contextualização do divórcio e fatores associados

Ao longo das últimas décadas, o divórcio deixou de ser uma exceção social para se tornar uma realidade comum nas sociedades europeias, refletindo transformações profundas nas estruturas familiares, nos valores culturais e nas normas legais. Se antes era visto como um ato socialmente censurável, hoje é reconhecido como expressão legítima de liberdade pessoal e de reconfiguração dos percursos afetivos (Kalmijn & Leopold, 2021).

Esta evolução associa-se a mudanças sociais e culturais mais amplas, como a maior autonomia no plano privado, a transformação dos papéis de género e a diversificação dos modos de vida fora do modelo tradicional de conjugalidade. Em particular, o aumento da empregabilidade e da independência económica das mulheres permitiu que muitas deixassem de ver o casamento como única via de segurança, passando o divórcio a ser encarado como uma opção viável e não como um fracasso (Gaspar et al., 2013). A sua aceitação social varia ainda em função da idade, da escolaridade e da religiosidade (Fučík, 2020).

Em Portugal, a história do divórcio está ligada ao processo de democratização iniciado com o 25 de Abril de 1974. A revisão da Concordata com o Vaticano, em 1975, permitiu o divórcio de casamentos católicos, rompendo com o modelo tradicional de família (Pereira & Pinto, 2015), num período de profundas mudanças sociais, como a urbanização e a redefinição das representações sobre casamento, sexualidade e parentalidade (Gaspar et al., 2013). De acordo com a PORDATA (2025), registaram-se 17430 divórcios, menos 5.6% do que em 2022, o que ilustra a normalização do fenómeno no contexto nacional, em linha com as tendências europeias.

O estudo de Pereira e Pinto (2015) com mulheres portuguesas divorciadas com filhos mostra que foram sobretudo elas a iniciar a separação, em geral devido à degradação da relação, à violência doméstica, à infidelidade e a problemas financeiros. As mulheres com menor escolaridade enfrentaram maior vulnerabilidade financeira, muitas vezes sem acesso a pensão de alimentos, mas a maioria sentiu-se mais satisfeita e autónoma após a separação, o que sugere que o divórcio pode constituir uma oportunidade de reconstrução pessoal (Pereira & Pinto, 2015).

De forma geral, o divórcio é um fenómeno em evolução, que combina maior liberdade e autodeterminação com novas formas de desigualdade e fragilidade social.

Consequências do divórcio para os filhos

O divórcio é um acontecimento marcante na vida de uma família, com impacto económico, social e comunitário (Popova & Navicke, 2019), que se estende aos filhos, especialmente os mais novos. A separação pode associar-se a cuidados parentais inconsistentes e a atitudes negativas dos progenitores, e o conflito pós-divórcio pode comprometer o equilíbrio psicoemocional da criança, sobretudo quando esta é envolvida na hostilidade entre os pais ou colocada perante conflitos de lealdade que dificultam a relação com ambos (Olărescu & Dicu, 2024). Contudo, o impacto não é igual para todas as crianças, dependendo de fatores como a idade, a forma como o divórcio é conduzido, o nível de conflito, o equilíbrio emocional dos pais, a qualidade da parentalidade após a separação e o apoio social (Garriga & Pennoni, 2022).

As mudanças que acompanham o divórcio, como alterações de rotina, de escola ou de casa, podem abalar o sentimento de segurança e previsibilidade da criança, desencadear emoções negativas e interferir na construção de uma identidade estável, com sentimentos de insegurança ou baixa autoestima. Ao nível das relações sociais, a instabilidade emocional pode dificultar a criação de vínculos seguros e, em situações mais graves, conduzir ao isolamento e a dificuldades de interação (Olărescu & Dicu, 2024). Em termos comportamentais, observam-se tanto reações agressivas e impulsivas como atitudes retraídas e apáticas, e a exposição a conflitos intensos ou a instrumentalização da criança nas disputas entre os pais pode agravar o risco de problemas de conduta, hiperatividade e desenvolvimento cognitivo mais frágil (Garriga & Pennoni, 2022).

Ao nível académico, os filhos de pais divorciados tendem a apresentar pior desempenho escolar, nomeadamente maior taxa de reprovação, menos anos de escolaridade e maior abandono escolar, com efeitos mais acentuados nos rapazes e mais ligeiros nas raparigas. A qualidade do envolvimento parental na vida escolar e a estabilidade financeira da família têm um papel importante na forma como as crianças enfrentam estes desafios (Bucheli & Vigorito, 2023).

Consequências do divórcio para os pais

O divórcio tem também um grande impacto na vida dos adultos, que não se manifesta da mesma forma para todos, afetando de forma mais agravada as mulheres com filhos (Popova & Navicke, 2019). Uma das maiores preocupações é a vulnerabilidade económica das mães divorciadas, cujo risco de pobreza após a separação depende do sistema de proteção social: países com sistemas social-democratas, como a Dinamarca, ou com políticas pró-natalistas, como a França, oferecem melhores mecanismos de apoio do que regimes liberais ou pró-tradicionais (Popova & Navicke, 2019). O estatuto socioeconómico pesa igualmente, uma vez que mães com baixos rendimentos e pouca escolaridade têm menos alternativas fora da dependência económica do parceiro (Popova & Navicke, 2019).

Ademais, a existência de uma pensão de alimentos, mesmo irregular ou insuficiente, pode servir de argumento para negar o acesso a apoios sociais, transferindo para o setor privado uma responsabilidade que deveria ser partilhada pelo Estado (Kessler et al., 2022). Os pais que constituem agregados monoparentais também veem os rendimentos diminuir, mas tendem a ter perdas inferiores e uma recuperação mais rápida do que as mulheres (Fadel et al., 2025).

Para além da dimensão económica, o divórcio pode constituir um processo de stress e ajustamento, envolvendo conflito continuado com o ex-cônjuge, perda de apoio social e, no caso dos pais não residentes, redução do contacto com os filhos, embora o fim de uma relação muito conflituosa possa também ser vivido como um alívio (Amato, 2000). Pode ainda afetar negativamente as redes sociais, sobretudo quando há afastamento dos amigos em comum ou da família do ex-cônjuge, levando alguns a um isolamento prolongado (Eckhard, 2021; Terhell et al., 2004), embora nem todos os estudos apontem no mesmo sentido (Ramaekers et al., 2025).

Em suma, o divórcio pode representar uma rutura significativa para o bem-estar das crianças, mas os seus efeitos dependem sobretudo da forma como é gerido pelos adultos (Olărescu & Dicu, 2024), que também são profundamente afetados, em particular as mulheres em contextos vulneráveis, refletindo desigualdades estruturais e dinâmicas de género (Popova & Navicke, 2019).

Formas de envolvimento paterno

O envolvimento paterno tem sido alvo de muita investigação, sendo o modelo tripartido de Lamb, Pleck, Charnov e Levine (1985) uma das principais referências conceptuais. Este

modelo propõe três dimensões do envolvimento do pai na vida da criança: acessibilidade, interação e responsabilidade.

A acessibilidade refere-se à presença e disponibilidade do pai, mesmo sem interação direta, por exemplo, estar na mesma divisão em que a criança brinca. A interação implica uma relação direta, manifestando-se em atividades como brincar, conversar ou realizar tarefas em conjunto. A responsabilidade diz respeito a assumir responsabilidades pelo bem-estar da criança, independentemente da presença física, como marcar consultas médicas, acompanhar o desempenho escolar ou assegurar apoio financeiro, nomeadamente através da pensão de alimentos. Estas dimensões são autónomas, ainda que complementares, sendo que um pai pode ser responsável sem estar fisicamente presente com regularidade, ou estar disponível sem interagir com a criança (Lamb et al., 1985).

O envolvimento paterno após a separação não deve, por isso, ser reduzido ao tempo de contacto, que por si só não permite compreender a extensão e a natureza da participação do pai (Larouche et al., 2024). Um pai com menos tempo de guarda pode manter uma elevada participação nas atividades, nos cuidados e nas decisões, e mais tempo com os filhos não significa maior envolvimento em todas as dimensões. Os pais não podem, assim, ser considerados apenas como envolvidos ou não envolvidos, devendo o envolvimento ser entendido como um fenómeno multidimensional, que inclui a frequência do contacto, as responsabilidades e as formas de participação assumidas (Larouche et al., 2024).

O envolvimento pode ainda ser formal ou informal, consoante exista, ou não, um acordo legal que regule a partilha do tempo e dos cuidados (Cancian et al., 2026). No envolvimento informal, apesar de não existir acordo formal, ambos os pais mantêm uma participação significativa através de contacto regular com os filhos, pelo que o envolvimento real pode não corresponder ao acordo estabelecido, podendo um pai sem guarda partilhada passar, na prática, muito tempo com os filhos (Cancian et al., 2026).

Fatores que influenciam o envolvimento paterno

De acordo com a perspetiva ecológica de Bronfenbrenner (1995), o desenvolvimento humano resulta de um processo dinâmico de interação entre a pessoa e os contextos em que está inserida (microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema), pelo que os fenómenos humanos não devem ser compreendidos a partir de fatores isolados. Assim, o envolvimento paterno após o divórcio não depende apenas de características individuais do pai,

devendo ser entendido como um fenómeno multidimensional e complexo, influenciado por variáveis interdependentes.

A literatura agrupa estes fatores em quatro grandes grupos: características individuais do pai, fatores relacionados com a criança, qualidade da relação coparental e fatores contextuais e sociais.

Fatores individuais do pai

História de desenvolvimento pessoal e familiar. As experiências na família de origem podem servir de referência para o exercício da paternidade, através da reprodução de modelos parentais ou da tentativa de adotar práticas diferentes (Pleck, 1997).

Bem-estar psicológico. Um maior bem-estar do pai associa-se a maior envolvimento paterno após a separação (Larouche et al., 2023).

Identidade paterna e crenças sobre a paternidade. A importância atribuída ao papel de pai, comparativamente a outros papéis (profissional, amigo ou parceiro), relaciona-se com o grau de envolvimento: quando ser pai é central na identidade e o pai se vê como essencial ao desenvolvimento emocional do filho, tende a priorizar esse envolvimento (Lima, 2018; Petren & Ferraro, 2024).

Competência percebida e autoconfiança. Constituem fatores associados ao envolvimento paterno, embora devam ser compreendidos em articulação com outras influências pessoais e contextuais (Pleck, 1997).

Fatores relacionados com a criança

Idade dos filhos. Crianças mais novas exigem cuidados diários mais intensos, o que deixa alguns pais mais à vontade, enquanto outros se envolvem mais à medida que os filhos crescem e a interação verbal aumenta (Larouche et al., 2024).

Género dos filhos. Os resultados são inconsistentes: alguns estudos indicam maior envolvimento com filhos do mesmo sexo, mas outros não encontram diferenças significativas, o que se deve em parte a diferenças culturais e a crenças sobre papéis de género (Larouche et al., 2024).

Relação com a mãe e coparentalidade

Relação entre os progenitores pré-divórcio. As dinâmicas anteriores à separação podem prolongar-se ou transformar-se após o divórcio, influenciando a reorganização da relação parental (Oliveira & Crepaldi, 2021).

Qualidade da relação coparental. Relações cooperativas, com comunicação, respeito mútuo e baixa conflitualidade, favorecem o envolvimento ativo do pai, ao passo que relações hostis, com alienação parental ou obstrução, tendem a reduzir o contacto e o investimento, não por falta de interesse, mas por barreiras práticas e emocionais (Larouche et al., 2024).

Apoio da mãe ao envolvimento do pai. O incentivo ou boicote da mãe influencia a frequência e a qualidade das interações; mães que flexibilizam horários ou promovem o diálogo favorecem um maior envolvimento (Lima, 2018).

Existência de novos parceiros/as. A presença de um padrasto ou madrasta pode alterar a dinâmica familiar e diminuir ou aumentar o contacto do pai (Larouche et al., 2024).

Fatores contextuais e estruturais

Tipo de guarda e tempo de custódia. Observa-se maior participação paterna nos cuidados em situações de guarda partilhada efetivamente exercida (Campeol et al., 2021).

Proximidade geográfica. A distância entre as residências afeta a frequência do contacto e a participação em rotinas escolares ou atividades diárias, havendo mais oportunidades de envolvimento espontâneo para os pais que vivem perto da mãe (Larouche et al., 2024).

Condições socioeconómicas. Melhores condições financeiras e maior escolaridade tendem a associar-se a maior envolvimento, enquanto o desemprego, os baixos rendimentos e os horários de trabalho exigentes constituem obstáculos, embora alguns estudos mostrem que pais com mais rendimento delegam mais cuidados (Larouche et al., 2024).

Políticas públicas e legislação. A licença parental partilhada e a promoção da guarda conjunta são facilitadoras do envolvimento pós-divórcio (Lima, 2018).

Normas culturais e estereótipos sociais. Apesar da crescente valorização de uma paternidade mais ativa e partilhada, coexistem conceções tradicionais que associam a mãe ao cuidado e o pai ao papel de provedor (Diniz et al., 2026).

Rede de apoio social. O apoio informal de familiares e amigos tem sido positivamente associado ao envolvimento de pais não residentes (Castillo & Fenzl-Crossman, 2010).

Assim, o envolvimento paterno após o divórcio não resulta de um único fator, mas da associação entre características do pai e dos filhos, relações familiares e coparentais e condições contextuais, o que reforça a necessidade de o compreender de forma integrada.

Consequências do envolvimento paterno

O envolvimento do pai é cada vez mais reconhecido como um fator essencial para o bem-estar e o crescimento saudável das crianças, com consequências positivas ao nível cognitivo, emocional, social e comportamental, bem como para o ajustamento psicológico dos próprios pais (Lima, 2018).

No contexto do divórcio, a manutenção da relação com o pai revela-se protetora, sendo que um envolvimento regular e de qualidade associa-se a menos problemas emocionais, maior autoestima e melhor adaptação das crianças, e a partilha de cuidados, incluindo as noites passadas em casa do pai, a maior proximidade e compromisso. Inversamente, um menor envolvimento ou contacto tem sido associado a mais dificuldades emocionais e comportamentais (Oliveira & Crepaldi, 2018).

No plano cognitivo e académico, filhos de pais envolvidos tendem a apresentar melhor desempenho escolar, maiores capacidades de atenção, raciocínio e linguagem e atitudes mais favoráveis face à aprendizagem, bem como menos abandono escolar, reprovações e problemas disciplinares. O estilo de comunicação dos pais, frequentemente mais desafiante e orientado para a exploração, estimula a autonomia e o vocabulário da criança (Lima, 2018).

No domínio social, a interação em momentos de brincadeira, convívio e apoio emocional reforça a empatia, a cooperação e as competências interpessoais, associando-se a mais comportamentos pró-sociais e menor ansiedade nas relações com os pares. O pai contribui ainda para o desenvolvimento moral, ao transmitir valores, regras e limites, e para estilos de vida saudáveis, através de atividades lúdicas e desportivas que previnem a obesidade e o sedentarismo (Lima, 2018).

O envolvimento traz também benefícios para os próprios pais, como maior bem-estar psicológico, sentido de propósito, satisfação com o papel parental e maior maturidade emocional e integração social (Lima, 2018).

Contudo, o envolvimento paterno após o divórcio nem sempre tem efeitos positivos. Entre crianças que mantêm contacto frequente com o pai, aquelas cujos progenitores comunicam com hostilidade manifestam menor bem-estar emocional, dado que a maior proximidade física potencia a exposição direta ao conflito coparental (Baxter et al., 2011). A quantidade de contacto revela-se, assim, subordinada à qualidade das dinâmicas relacionais.

Em suma, o envolvimento paterno traz benefícios evidentes para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos filhos, bem como para o ajustamento dos próprios pais. Porém, no contexto do divórcio, este impacto positivo não decorre unicamente da presença ou da frequência dos contactos, dependendo fundamentalmente da qualidade das interações e da harmonia do relacionamento coparental.

Objetivo e questões de investigação

Como a literatura evidencia, o envolvimento paterno após o divórcio é um fenómeno complexo, que não se esgota no tempo de contacto ou no regime de guarda, sendo influenciado por fatores que vão das características do pai e dos filhos à qualidade da relação coparental e ao contexto familiar e social. Está também associado ao desenvolvimento dos filhos e a transformações na vida e na identidade do próprio pai.

Face a esta complexidade, o presente estudo tem como objetivo compreender de que forma os fatores individuais do pai e dos filhos, relacionais e contextuais influenciam o envolvimento paterno após o divórcio, e analisar as consequências percecionadas deste envolvimento para o desenvolvimento dos filhos e para o próprio pai.

Para responder a este objetivo, colocam-se as seguintes questões de investigação:

1. De que forma os fatores individuais do pai, as características dos filhos, a relação coparental e as variáveis contextuais influenciam o envolvimento paterno, após o divórcio?
2. De que forma o envolvimento paterno, após o divórcio, se relaciona com as consequências percecionadas no desenvolvimento dos filhos e na identidade do próprio pai?

Método

Participantes

O estudo contou com 15 participantes (6 homens e 9 mulheres), com idades entre os 37 e os 59 anos (M = 49.00*; DP* = 6.05), tendo como critério terem filhos/as menores à data da separação ou divórcio. Relativamente às habilitações literárias, 33.3% tinham o ensino básico, 26.7% o ensino secundário, 26.7% licenciatura, registando-se ainda um participante com bacharelato e outro com doutoramento. A duração das relações conjugais variou entre 5 e 20 anos (M = 12 anos), com as separações a ocorrerem entre 2003 e 2025. A maioria dos participantes tem 2 filhos (53.3%), 33.3% têm 1 filho e 13.3% têm 3 filhos, com idades compreendidas entre os 6 e os 32 anos (M = 18.52).

Instrumentos

Foi construído um guião de entrevista semiestruturada (Anexos A e B), organizado em duas partes. A primeira recolhe dados sociodemográficos dos participantes e das famílias (como idade, escolaridade, ano da separação, número e idade dos filhos). A segunda integra questões abertas formuladas a partir da literatura e alinhadas com os objetivos do estudo, explorando: as formas de envolvimento paterno pós-separação; os fatores individuais (do pai e dos filhos), coparentais e contextuais associados; e as repercussões percecionadas desse envolvimento no desenvolvimento dos filhos e no próprio pai.

Procedimentos de recolha de dados

A recolha decorreu entre dezembro de 2025 e maio de 2026. O recrutamento foi realizado em plataformas digitais e grupos de pais, mediante amostragem não probabilística em "bola de neve". As entrevistas foram conduzidas à distância (através do Zoom, Google Meet e WhatsApp), com uma duração média aproximada de 45 minutos. Previamente à sua realização, foram apresentados os objetivos do estudo e asseguradas as garantias éticas de confidencialidade e anonimato, procedendo-se à obtenção do consentimento informado (Anexo C) e da autorização para a gravação áudio.

Procedimentos de análise de dados

Os dados foram tratados mediante análise de conteúdo categorial temática (Bardin, 2016). Após a transcrição integral das entrevistas e a pré-análise do material, procedeu-se à identificação e codificação das unidades de significado orientadas pelos objetivos da investigação. A categorização seguiu um processo misto (articulando as dimensões teóricas prévias com a emergência empírica dos dados), culminando na definição de 7 categorias e 23 subcategorias analíticas (Anexo D).

A fiabilidade do sistema de codificação foi aferida através do acordo entre quatro juízes independentes sobre uma amostra de 67 unidades de análise. Obteve-se um coeficiente *Kappa* de Fleiss de $\kappa = 0.717$ ($p < 0.001$) e uma concordância média de 73.4%, valores que atestam um bom nível de concordância, conferindo consistência e fiabilidade à análise de conteúdo efetuada.

Resultados e Discussão

Formas de envolvimento paterno

O envolvimento paterno constitui um conceito multidimensional que não se esgota na presença física ou no tempo partilhado, abrangendo diferentes modalidades de participação na vida dos filhos (Larouche et al., 2024). Os relatos dos participantes refletem a estrutura tripartida de Lamb et al. (1985), organizando-se esta categoria em três subcategorias correspondentes: tempo de contacto (acessibilidade), responsabilidades parentais (responsabilidade) e interação parental (interação).

Tempo de contacto

Os relatos dos participantes mostraram diferentes padrões na frequência e duração da convivência entre pais e filhos após o divórcio. Enquanto alguns pais mantinham um contacto frequente e regular ("Eles aceitaram e escolheram ficar uma semana em cada lado [...]" [Pai 2]; "[...] todos os dias estavam entre eles, juntos, e com a mãe e com o pai" [Pai 3]), outros afirmaram que a convivência era mais limitada ou sentiam que o tempo disponível era

insuficiente ("[...] o A. todos os fins de semana está com o pai" [Mãe 9]; "E a minha filha mais nova às vezes pede, pai eu quero estar mais contigo" [Pai 5]).

A convivência pode assim organizar-se diariamente, alternando semanalmente ou restringindo-se aos fins de semana. Estes dados reforçam que a frequência e a duração do contacto, embora permitam compreender as oportunidades de presença do pai, não devem ser analisadas de forma isolada, mas em articulação com as responsabilidades e com a qualidade da interação.

Responsabilidades parentais

Esta categoria engloba o envolvimento do pai no exercício das responsabilidades parentais, incluindo a participação nas decisões relativas à vida dos filhos e a realização de tarefas quotidianas. Nos relatos dos participantes, identificaram-se duas perspetivas distintas sobre este exercício após o divórcio.

Algumas mães manifestaram descontentamento com a forma como o pai assumiu o seu papel, mencionando distanciamento ("[...] depois com o divórcio houve a distância e ele perdeu-se no papel de pai" [Mãe 8]), "desresponsabilização" [Mãe 7] nas rotinas ("[...] nunca os ensinou a andar de bicicleta, ele nunca ensinou a andar de patins, nunca ia com eles ao parque" [Mãe 3]) e priorização dos próprios interesses ("[...] como pai, ele não os prioriza. Ele põe-se na mesma em primeiro lugar" [Mãe 7]).

Em contrapartida, os pais relataram uma participação ativa, procurando assumir as suas funções através do acompanhamento escolar ("[...] a M., eu trabalho ao pé dela, sempre. Porque ela precisa ter disciplina no trabalho [...]" [Pai 5]), da iniciativa de contacto com a escola ("[...] eu preciso falar com a diretora [...] Sempre fui. E sempre perceberam o meu trabalho. E o meu papel" [Pai 5]) e da necessidade de se manterem presentes ("[...] nunca virei as costas, tanto aos meus filhos como à mãe deles" [Pai 3]).

Estas diferenças evidenciam que o envolvimento paterno vai além da presença física, exigindo iniciativa na resposta às necessidades dos filhos. Esta dimensão aproxima-se do conceito de responsabilidade de Lamb et al. (1985) e é consistente com Larouche et al. (2024), que identificam diferentes perfis de envolvimento pós-separação ao nível dos cuidados diretos e indiretos e da tomada de decisão.

Interação parental

Relativamente à qualidade da relação pai-filhos, verificaram-se diferenças na proximidade, na comunicação e na vivência afetiva, independentemente do tempo de contacto.

Alguns participantes relataram uma relação próxima ("Felizmente tenho uma relação muito boa com as duas meninas" [Pai 5]) e saudável ("A minha relação com os meus filhos é uma relação absolutamente saudável enquanto pai e filhos" [Pai 3]), caraterizada por comunicação frequente ("Todos os dias eu ligo ao final do dia [...] para ele me contar o dia dele [...]" [Pai 4]), partilha de interesses ("Tentam fazer atividades em conjunto, ir ao cinema, jogar futebol [...]" [Mãe 9]) e disponibilidade emocional ("Hoje ainda gosta muito [...] adora que o pai lhe dê miminhos" [Pai 5]).

Em contraste, outros participantes descreveram relações distantes, evidenciando que a copresença não garante vinculação ("[...] a relação que o meu ex-marido tem com os filhos estando presente todos os dias [...] é exatamente a mesma coisa como se não estivesse presente de todo [...] não têm relação" [Mãe 2]). Registou-se escassez comunicativa ("Era raro haver um telefonema" [Mãe 8]), contactos centrados nas necessidades do próprio pai ("[...] só liga mesmo quando se sente sozinho [...] nunca pergunta à filha como é que tu estás? [...] Precisas de alguma coisa?" [Mãe 6]) e conflitualidade ("Quando o pai entrava em contacto [...] a maior parte das vezes acabava os telefonemas a chorar, ela a chorar, e ele a ralhar" [Mãe 8]).

Esta diversidade vai ao encontro de Petren e Ferraro (2024), que distinguem o envolvimento através de atividades (*engagement*) da dimensão afetiva e emocional da relação. Como os dados ilustram, a existência de contacto quotidiano ou de telefonemas diários pode assumir significados antagónicos, desde a partilha securizante e o acompanhamento das rotinas (Pai 4) até à ausência de sintonia emocional ou à instrumentalização do contacto (Mãe 6). Corroboram-se assim os contributos de Peters e Ehrenberg (2008), reforçando que a quantidade de contacto e a qualidade da interação constituem dimensões distintas, sendo fundamental analisar como essa interação é concretamente experienciada.

Conclusão. Os resultados mostram que o tempo de contacto, as responsabilidades parentais e a qualidade da interação estão relacionadas, mas nem sempre surgem em simultâneo. Enquanto alguns pais demonstraram um envolvimento positivo nas três dimensões (como o pai 3), noutros casos observaram-se diferenças entre elas. Por exemplo, os pais 4 e 5, apesar do menor tempo disponível, mantinham-se presentes e descreviam relações próximas com os

filhos, ao passo que a mãe 2 relatou uma situação em que existia contacto diário, mas uma relação distante. Assim, a frequência do contacto, por si só, não permite compreender a forma como o pai se envolve, sendo fundamental analisar estas três dimensões em conjunto.

Fatores individuais do pai

O envolvimento paterno após o divórcio relaciona-se com diferentes características do próprio pai, que influenciam a forma como este compreende e exerce a parentalidade. A literatura destaca, entre estas variáveis, as perceções e representações da paternidade (Petren & Ferraro, 2024), a autoeficácia e o bem-estar psicológico (Lima, 2018), os modelos da família de origem (Lima, 2018) e a situação socioprofissional e económica do progenitor (Lizarazu & Cracco, 2021).

Perceções e representações da parentalidade

Esta subcategoria reúne a informação sobre a forma como os participantes atribuem significado ao papel de pai e ao exercício da parentalidade, estruturando-se em três dimensões: o significado atribuído à paternidade, as responsabilidades associadas a este papel e o lugar que ocupa face a outras esferas de vida.

Quanto ao significado atribuído à paternidade, vários participantes descreveram-na como um marco de transformação associado ao nascimento do primeiro filho ("A partir do momento em que nasceu o meu primeiro filho, houve aqui um clique na cabeça [...] A minha vida mudou totalmente de um dia para o outro" [Pai 2]), como fonte primordial de motivação ("Nada mais motiva do que um filho" [Pai 3]), como responsabilidade acrescida ("Significa que tenho a responsabilidade de um ser humano [...] a responsabilidade acresce um bocadinho mais" [Pai 4]) ou como continuidade geracional ("É um bocado uma continuação daquilo que o meu pai foi para mim e para os meus irmãos" [Pai 5]). Estes relatos evidenciam a centralidade da paternidade na autodefinição identitária dos participantes.

Relativamente ao papel de pai, emergiram quatro funções estruturantes: proteger ("[...] Para os proteger em tudo" [Pai 6]), apoiar ("O papel mais importante do pai é o apoio [...]" [Pai 3]), orientar ("É uma responsabilidade de o orientar da melhor maneira possível [...]" [Pai 4]) e constituir-se como modelo de conduta ("O pai tem que ser [...] alguém que se constitui como

um exemplo para os filhos" [Pai 5]), revelando que a identidade paterna engloba diferentes expectativas normativas e práticas de cuidado.

Quanto ao lugar da paternidade face a outros papéis, os discursos oscilaram entre a sua prevalência inegociável ("O papel de pai é o principal. Fica acima de tudo" [Pai 1]) e a procura de conciliação ativa com o trabalho através da delimitação temporal ("Quando estou com eles, estou com eles. Quando estou a trabalhar, estou a trabalhar. Mas consigo separar as semanas" [Pai 2]; "Se nós fizermos bem essa gestão, a gente tem sempre tempo para tudo" [Pai 3]).

Estes resultados são consistentes com Petren e Ferraro (2024), ao demonstrarem que os indivíduos hierarquizam as suas identidades de papel, variando no grau de saliência atribuído à paternidade e no modo como integram as funções de cuidador, educador, figura moral e provedor. Esta pluralidade de representações constitui uma dimensão relevante para compreender as motivações subjacentes ao investimento parental pós-divórcio.

Situação profissional e financeira

A situação profissional e financeira dos pais, de uma forma geral, não foi apresentada pela maioria dos participantes como um fator determinante do envolvimento do pai na vida dos filhos.

Relativamente à situação financeira, alguns pais defendem que a qualidade do seu envolvimento não depende dos recursos económicos disponíveis ("Não é por ter muito dinheiro ou por ter pouco dinheiro que deve influenciar a relação que nós temos com os nossos filhos" [Pai 1]). Esta ideia surgiu também nos relatos de algumas mães, contudo a partir de outra perspetiva: defenderam que, apesar de os pais possuírem capacidade económica, esta não se traduzia em maior presença ou suporte ("O pai dos meus filhos tem capacidade financeira [...] Ou seja, ele podia nos dar mais, e não ajuda. Portanto não nos traz vantagens sendo sincera" [Mãe 7]). Estes resultados contrastam com parte da literatura, que associa melhores condições de emprego e maior rendimento a um envolvimento paterno superior após o divórcio (Lizarazu & Cracco, 2021).

Por sua vez, a situação profissional surgiu relacionada com a disponibilidade de tempo. Embora a maioria não tenha considerado o trabalho um obstáculo impeditivo, o pai 4 relatou que a atividade laboral condicionava o tempo presencial com o filho ("A única influência que tem é a nível do tempo com ele" [Pai 4]). Esta relação entre constrangimentos profissionais e disponibilidade temporal vai ao encontro do estudo de Oliveira e Crepaldi (2021), que descreve

ajustamentos nos horários de trabalho de pais que procuram salvaguardar as rotinas de cuidado após a separação.

Modelos parentais de origem

As experiências vividas na família de origem surgiram associadas à forma como os participantes compreendem e exercem a parentalidade, evidenciando duas tendências principais: a reprodução intergeracional e a procura de compensação perante vivências infantis negativas.

Relativamente à reprodução de modelos, quatro pais referiram a família de origem como uma referência positiva, procurando transmitir aos filhos práticas e valores experienciados na infância ("E sempre tive esta liberdade que foi sair de casa à hora que me apetecia [...] Claro que os tempos mudaram, mas tento fazer mais ou menos e tento dar essa liberdade aos meus filhos também" [Pai 2]). Por outro lado, quatro mães associaram características disfuncionais da parentalidade dos ex-companheiros a padrões aprendidos com os respetivos pais ("[...] o pai dele era distante. E se calhar [...] por ele ver o pai distante, embora presente, talvez ele aprendesse com o pai a estar distante também da filha [...]" [Mãe 8]). Esta transmissão intergeracional (quer de práticas positivas, quer de padrões relacionais de afastamento) ilustra o processo de modelagem proposto por Lima (2018), no qual as vivências infantis operam como guias para a estruturação do papel parental.

Em sentido inverso, as experiências negativas na família de origem nem sempre conduziram à sua replicação. Alguns pais descreveram um esforço intencional para adotar condutas opostas às que vivenciaram com os próprios progenitores ("O meu pai também não tinha contacto com a minha mãe. Nem comigo. Durou-se um tempo, mas depois foi morrendo aquele contacto [...] E eu como não queria fazer o que eles fizeram [...]" [Pai 6]). Este movimento vai ao encontro do padrão de compensação identificado por Lima (2018), no qual a insatisfação com os modelos parentais de infância motiva a construção de práticas de cuidado mais presentes e comprometidas no pós-divórcio.

Assim, estes resultados sugerem que os modelos parentais de origem podem funcionar como uma referência para a construção da própria parentalidade de diferentes formas, sendo que as experiências vividas podem ser encaradas como exemplos a seguir ou como exemplos dos quais os pais tentam distanciar-se.

Autoeficácia parental

Os pais entrevistados apresentaram diferentes perceções sobre a sua capacidade para desempenhar as tarefas associadas à parentalidade. Enquanto três pais afirmaram sentir-se seguros perante diferentes situações ("Acho que me sinto confortável em qualquer situação" [Pai 3]), os restantes identificaram dificuldades circunscritas, sobretudo no acompanhamento das aprendizagens escolares, justificadas pelas mudanças pedagógicas e curriculares ("Eu não vou mentir, hoje em dia, a matéria que eles aprendem na escola é completamente diferente do que eu aprendi. Portanto, se calhar tenho mais dificuldade na parte escolar" [Pai 1]).

As inseguranças relatadas não traduzem um sentimento global de incapacidade parental, mas antes uma menor confiança direcionada para exigências específicas. Este resultado alinha-se com o modelo de Pleck (1997), no qual as competências e a autoconfiança constituem facilitadores do envolvimento que operam de modo diferenciado consoante as tarefas. Assim, uma menor perceção de eficácia no domínio académico não impede o investimento paterno noutras dimensões do quotidiano dos filhos.

Bem-estar psicológico

Os participantes apresentaram diferentes perceções sobre a influência do bem-estar psicológico do pai no envolvimento com os filhos.

Alguns pais reconheceram que o estado emocional afeta a convivência familiar, encarando esse impacto como natural ("Não, mas isso é normal [...] Há dias que eu chego a casa chateado do trabalho e quem me aparecer à frente leva comigo [...]" [Pai 3]). De igual modo, relatou-se uma menor iniciativa para realizar atividades quando o progenitor se encontrava desgastado ("Se estiver muito cansado ou se não estou para aí virado, não vou perder tempo ou tirar do meu tempo para estar a fazer alguma coisa" [Mãe 1]). Estes relatos sugerem que o cansaço e o mal-estar podem diminuir a disponibilidade e a qualidade das interações, convergindo com Larouche et al. (2023), que associam o bem-estar psicológico a uma maior presença paterna no pós-separação.

Contudo, a maioria dos pais relatou procurar ativamente evitar que os problemas pessoais interfiram na relação com os filhos ("Quando estou com a L., estou lá para ela. O resto dos problemas ela não pode sentir" [Pai 1]) ou demonstraram capacidade para reconhecer e

reparar eventuais descompassos ("[...] mais de uma vez [...] eu respondi mais alto e depois, logo a seguir, eu peço desculpa" [Pai 5]).

Esta perspetiva é corroborada por algumas mães, que destacaram o esforço do pai para salvaguardar o tempo com os filhos mesmo em momentos de cansaço ou dor ("[...] independentemente de estar cansado, ou aborrecido, ou com dores [...] há sempre um tempinho" [Mãe 4]) e a inexistência de queixas por parte das crianças ("[...] nunca ouvi queixas por parte do A. Ah, o pai estava cansado, não fiz. Ah, o pai estava irritado" [Mãe 9]).

Os resultados indicam, assim, que o impacto do bem-estar no envolvimento paterno é mediado pela capacidade de autorregulação emocional do pai, permitindo-lhe preservar a qualidade da relação independentemente das adversidades contextuais.

Conclusão. Em conjunto, os resultados sugerem que os fatores individuais do pai se relacionam de diferentes formas com o seu envolvimento após o divórcio. As perceções da parentalidade e as experiências vividas na família de origem surgiram associadas à forma como os pais compreendem e tentam exercer o seu papel (quer pela reprodução de modelos, quer pela tentativa de agir de forma diferente), enquanto a situação profissional pode influenciar o tempo disponível para os filhos. Por sua vez, a autoeficácia mostrou variar consoante as tarefas parentais e o bem-estar psicológico parece interferir na disponibilidade e na qualidade das interações, embora alguns pais procurem gerir esse impacto. Desta forma, as características individuais do pai não atuam de forma isolada nem têm o mesmo peso em todas as dimensões do envolvimento paterno.

Fatores individuais da criança ou adolescente

O envolvimento paterno após o divórcio não depende apenas das características do pai, relacionando-se também com as características individuais dos filhos. À medida que as crianças crescem, as suas necessidades, interesses e formas de interação com os pais vão-se alterando, o que pode influenciar a relação pai-filho (Lizarazu & Cracco, 2021). Da mesma forma, o sexo dos filhos tem sido associado a diferentes formas de envolvimento, embora a literatura apresente dados inconclusivos. Esta categoria analisa, assim, a forma como a idade e o sexo dos filhos são percecionados pelos participantes na configuração do envolvimento paterno pós-divórcio.

Idade da criança ou adolescente

A maioria dos participantes considerou que a idade dos filhos se relaciona com o envolvimento paterno, embora com perceções distintas sobre a forma como essa influência se manifesta.

Por um lado, parte dos pais associou o crescimento dos filhos a uma evolução positiva da relação, marcada por maior maturidade, proximidade e comunicação ("Sempre para melhor. Falamos mais, falamos de mais coisas [...]" [Pai 2]; "[...] a nossa relação vai ficando eu diria mais madura [...]" [Pai 3]). Em sentido contrário, outros participantes descreveram fases como a adolescência como mais desafiantes ("Principalmente quando entram na adolescência. É muito mais complicado" [Pai 1]) ou referiram um afastamento progressivo ("Era melhor quando eram mais pequeninos. Cada vez é pior" [Mãe 3]).

Paralelamente, os testemunhos evidenciam que estas transformações decorrem do aumento da autonomia e da capacidade crítica dos filhos para avaliarem o progenitor. A mãe 8 referiu que, com a idade, a filha adquiriu "[...] outra noção da realidade do pai, e do quanto, enquanto pai, ele falhava", e a mãe 7 destacou o surgimento de confronto quando os filhos passaram a ter opinião própria. Esta dinâmica, contudo, não foi unânime, tendo a mãe 9 apontado uma relação estável ao longo de todo o desenvolvimento.

Estes resultados mostram que o crescimento dos filhos não conduz a um padrão único, podendo traduzir-se quer numa maior proximidade e maturidade afetiva, quer no despontar de distanciamento e conflito, o que é consistente com Lizarazu e Cracco (2021) quanto ao impacto das etapas desenvolvimentais na configuração do envolvimento paterno pós-divórcio.

Sexo da criança ou adolescente

Verificaram-se perceções diferentes quanto à influência do sexo dos filhos no envolvimento paterno. Por um lado, parte dos participantes identificou diferenças no conteúdo das interações e nas práticas de apoio, destacando-se as rotinas diárias ("a nível do cuidar e do estar" [Pai 1]), a partilha de temas de conversa ("[...] há conversas que o pai tem com o filho que não tem com a filha e vice-versa [...]" [Pai 3]) ou uma maior afinidade afetiva com a filha [Mãe 3]. Em contrapartida, outros progenitores afirmaram não fazer qualquer distinção de género, mantendo dinâmicas semelhantes com ambos os sexos ("Interajo igualzinho" [Pai 6]).

Estes resultados sugerem que o sexo dos filhos não condiciona o nível global de envolvimento paterno, manifestando-se antes na especificidade dos temas e das atividades partilhadas. Tal é consistente com Lizarazu e Cracco (2021), que não encontraram diferenças significativas no envolvimento paterno em função do sexo dos filhos, embora tenham identificado diferenças no tipo de atividades realizadas.

Relação coparental

Para além das características individuais do pai e dos filhos, o envolvimento paterno articula-se de modo determinante com a relação estabelecida entre os progenitores. A literatura sublinha a qualidade da aliança coparental como um elemento central para compreender a participação paterna, influenciando diretamente a partilha dos cuidados e a distribuição das responsabilidades quotidianas (Larouche et al., 2023). Esta categoria analisa, assim, as diferentes dinâmicas relacionais que medeiam a cooperação e o exercício da parentalidade entre os ex-cônjuges.

Relação enquanto estavam juntos

Relativamente à qualidade da relação conjugal antes do divórcio, os relatos revelaram três padrões distintos.

Algumas participantes descreveram a relação como negativa, associando a rutura a incompatibilidades de valores e visões de educação ("[...] a nossa maneira de pensar, a nossa maneira de querer educar, valores, muita coisa não era comum" [Mãe 9]) ou à sensação de nunca terem sido verdadeiramente valorizadas pelo parceiro ("O meu parceiro nunca me conheceu como sou. Nunca me valorizou como sou" [Mãe 7]). Para além destas, identificaram-se também outras justificações, nomeadamente a perceção de ausência do companheiro [Mãe 3] e a imaturidade associada a uma parentalidade precoce [Mãe 4].

Por sua vez, vários testemunhos apontaram para relações ambivalentes, que foram positivas numa fase inicial, mas se deterioraram ao longo do tempo devido a problemas como o consumo de álcool ("Foi meio, meio [...] Depois ele começou a ganhar vícios, o vício do álcool [...] e começámo-nos a afastar ali lentamente, até chegar ao dia final" [Mãe 8]), violência verbal [Mãe 6] ou à interferência de pessoas externas na dinâmica do casal ("[...] para dar uma

vida melhor à minha sogra, ela veio viver connosco [...] Só que tornou-se demasiado intrometida [...]" [Pai 2]).

Por fim, verificaram-se relatos que caracterizaram a relação como positiva ou neutra, descrevendo-a como uma relação de amizade ("Não éramos propriamente um marido e mulher [...] eram só mais dois amigos que viviam juntos que estavam a criar uma criança em conjunto [...]" [Mãe 2]).

Em suma, os relatos mostram que estas vivências anteriores são diversas e podem ser relevantes para compreender a relação estabelecida após a separação, uma vez que algumas dinâmicas do período conjugal tendem a manter-se (Oliveira et al., 2022). Contudo, esta continuidade pode não acontecer, já que a separação exige uma reorganização da família e pode levar a mudanças na relação entre os pais.

Planeamento da gravidez e vivência parental da gravidez

No que respeita à experiência da gravidez, os relatos revelaram três vivências distintas relativamente à intenção reprodutiva e à presença do pai: gestações planeadas e acompanhadas, situações planeadas mas vividas com reduzido apoio do parceiro, e gravidezes não planeadas em que existiu um acompanhamento ativo.

No primeiro caso, salientou-se a participação assídua do pai nas consultas e no parto ("Queria mesmo participar nas consultas e ia sempre" [Mãe 6]). Em contrapartida, quando a gravidez foi planeada mas pouco acompanhada, o desejo prévio de ter um filho não se traduziu em proximidade, seja pela ausência física ("Não esteve presente durante a gravidez, só vinha aos fins de semana [...]" [Mãe 9]), seja por indisponibilidade afetiva ("Nunca fui muito apaparicada nas gravidezes [...] esse mimo não notei que existisse muito" [Mãe 7]). Por último, nas gravidezes não planeadas, a falta de planeamento não impediu o envolvimento do progenitor, tendo os participantes descrito uma presença semelhante à observada nas situações planeadas ("[...] ele esteve sempre lá, assumiu sempre tudo" [Mãe 4]).

Estes resultados mostram que o planeamento da gravidez e o envolvimento do pai durante esta etapa são processos independentes, indicando que a decisão prévia não garante, por si só, um apoio efetivo à mãe. Adicionalmente, a qualidade da relação conjugal parece influenciar esta dinâmica: embora as ligações de maior proximidade tenham surgido associadas a um maior acompanhamento paterno e os contextos de conflito a um menor apoio, esta relação não se verificou de modo linear em todos os casos.

Relação coparental após o divórcio

Os relatos dos participantes relativos à relação coparental dividiram-se em quatro dimensões: a gestão do tempo com os filhos, a organização das rotinas, a relação entre o ex-casal e o processo de tomada de decisões.

Em relação à gestão do tempo, diversos testemunhos demonstraram grande flexibilidade face ao que ficou definido judicialmente, tendo a maioria dos progenitores ajustado o acordo inicial em função das necessidades dos filhos e da disponibilidade individual ("Nós vamos fazer de forma diferente, como nós achamos melhor [...] Porque há um divórcio de marido e mulher, não há um divórcio de filhos" [Mãe 5]). Estes dados articulam-se com a distinção de Cancian et al. (2026) entre envolvimento formal (o enquadramento legal) e informal (o tempo real partilhado), demonstrando que o quotidiano familiar se reorganiza sem necessidade de alteração formal do acordo. Esta maleabilidade é igualmente sublinhada por Grzybowski e Wagner (2010), que destacam a flexibilidade dos convívios como um facilitador da parentalidade, permitindo rotinas mais fluidas e contactos mais frequentes.

Quanto à organização de rotinas, a maioria das mães reportou uma assimetria no investimento das tarefas diárias, como a escola e as atividades extracurriculares, apontando uma menor disponibilidade ou iniciativa do pai ("Tudo o que implique um bocadinho mais do que a presença física às vezes, é complicado" [Mãe 1]). Em contrapartida, outros relatos descreveram uma divisão equilibrada do trabalho parental ("Participámos sempre na escola [...] e eu e o pai trabalhamos sempre juntos nessas festas, nessas atividades" [Mãe 5]).

Relativamente à ligação entre o ex-casal, identificaram-se três dinâmicas: relações de conflito ou rutura de contacto ("Nós não temos relação sequer. O que é mau para eles" [Pai 2]), acompanhadas por vezes de incumprimento da pensão de alimentos ou litígio judicial; dinâmicas de cooperação alicerçadas na amizade ("É uma relação de amizade" [Pai 3]) e na partilha de objetivos comuns ("O objetivo é o bem comum [...] tentamos sempre promover um ambiente saudável" [Mãe 1]); e relações ambivalentes, pautadas pelo distanciamento emocional mas pela preservação do respeito ("Há respeito, não há relação, mas há cordialidade" [Mãe 4]).

Por fim, na tomada de decisões, as narrativas oscilaram entre a partilha conjunta ("Só tomamos decisões os dois juntos, não fazemos nada sem estar os dois de acordo" [Mãe 5]) e a sobrecarga quase exclusiva de um dos progenitores ("[...] o P. deixa tudo para cima de mim e

eu resolvo" [Mãe 9]), com particular tensão na gestão financeira ("A questão da gestão dos dinheiros, que é extremamente complicado [...] Ele é muito agarrado ao dinheiro" [Mãe 7]).

Estes resultados mostram que a coparentalidade transcende o afeto conjugal residual, exigindo a coordenação prática do tempo, das rotinas e das decisões parentais. Embora a cooperação surja frequentemente associada a uma maior partilha de responsabilidades quotidianas, os dados convergem com Larouche et al. (2023) ao revelarem que uma relação coparental positiva atua como facilitadora do envolvimento paterno, mas não é, por si só, suficiente para o determinar.

Apoio da mãe à relação pai-filho

Os relatos dos participantes revelaram perceções distintas relativamente ao apoio materno ao envolvimento paterno.

A maioria das mães assumiu uma postura facilitadora, priorizando a relação do filho com o pai e o seu bem-estar, mesmo perante sacrifícios pessoais ("Apetecia-me muito mais agarrar o meu filho e ele ficar comigo do que deixá-lo ir. Mas [...] acho que é muito importante o pai estar presente" [Mãe 9]). Este incentivo foi igualmente confirmado por alguns pais, que sublinharam a confiança no apoio recebido ("[...] nunca tive motivo nenhum para duvidar disso" [Pai 3]). Esta atitude contrasta com os achados de Grzybowski e Wagner (2010), que descrevem situações em que as mães, embora valorizem o papel do ex-companheiro, acabam por dificultar ou boicotar o seu exercício devido a ressentimentos conjugais não resolvidos.

Em contrapartida, quando os pais percecionaram menor abertura materna, reportaram entraves concretos à convivência, destacando a rigidez no cumprimento estrito dos acordos judiciais ("Ela achava e acha que é dona dos filhos [...]" [Pai 2]) ou tentativas de manipulação emocional ("Era quase como se fosse um jogo psicológico. Se o G. queria estar muito comigo, faziam um jogo psicológico para ele se sentir culpado [...]" [Pai 1]). Estes relatos alinham-se com o estudo de Oliveira e Crepaldi (2021), no qual os progenitores descreveram experiências de controlo por parte da ex-parceira sobre o exercício da paternidade, até conquistarem maior autonomia na relação com os filhos.

No que diz respeito ao impacto desta atitude materna, os pais expressaram três posições: o reconhecimento do apoio como um elemento facilitador ("Influencia um bocado, lógico [...] Se a mãe e o pai ajudam, ainda é muito melhor para eles" [Pai 6]), a afirmação de independência face à validação da mãe ("Eu como pai não preciso do apoio dela para poder estar com ela" [Pai

1]) e o esforço consciente para não permitir que essa dinâmica condicione a convivência ("Eu procuro que isso não aconteça, que não influencie" [Pai 5]).

Em suma, os resultados mostram que o apoio materno atua como um facilitador relevante, mas não determina, por si só, a presença paterna. Se, por um lado, algumas mães demonstram capacidade para diferenciar as mágoas conjugais das necessidades afetivas dos filhos, por outro, os pais recusam frequentemente uma posição passiva, mobilizando estratégias ativas para salvaguardar a vinculação parental perante eventuais barreiras.

Conclusão. Em suma, os resultados sugerem que as vivências do casal ao longo do tempo se articulam com a dinâmica coparental posterior, embora esta associação não seja linear. Em determinados casos, a vivência de relações conjugais positivas e de gravidezes acompanhadas pelo pai deu lugar a coparentalidades cooperativas [Mãe 5 e Pai 3], ao passo que contextos conjugais desgastados e com reduzido envolvimento gestacional surgiram associados a dinâmicas mais conflituosas [Mães 7, 8 e 9]. Esta continuidade, contudo, não foi transversal, observando-se situações em que gestações ativamente acompanhadas antecederam coparentalidades pautadas pelo conflito [Mães 3 e 6]. Esta diversidade de trajetórias converge com a perspetiva de Oliveira e Crepaldi (2021), ao evidenciar que o envolvimento paterno resulta da intersecção de múltiplos fatores relacionais e contextuais. Deste modo, embora a história prévia do casal constitua uma referência importante para compreender o envolvimento do pai, a reorganização familiar exige novas respostas que impedem que o passado determine, por si só, o exercício da parentalidade.

Variáveis contextuais

Para além das características individuais e relacionais, o envolvimento paterno insere-se num quadro ecológico mais amplo, sendo condicionado pelas circunstâncias práticas e sociais em que a parentalidade decorre. Como observaram Larouche et al. (2024), diferentes configurações da presença paterna distinguem-se em função de variáveis do contexto, como a distância física ou as modalidades de custódia, embora estas não determinem, de forma isolada, o tipo de participação do pai.

Esta categoria analisa de que modo as condições contextuais operam como facilitadores ou barreiras ao exercício da paternidade, integrando o impacto do enquadramento legal e do

regime de guarda, a proximidade geográfica, o papel da rede de apoio e a influência dos estereótipos e normas socioculturais.

Impacto das leis e da guarda

Os participantes descreveram configurações de residência e regulação bastante distintas: situações com guarda atribuída à mãe ("Era ficar comigo, a guarda total" [Mãe 6]); entregue oficialmente ao pai ("[no] meu caso, os filhos ficaram, oficialmente, com o pai" [Pai 3]); regimes de guarda partilhada formal ("Nós temos a guarda partilhada" [Mãe 2]); e acordos informais em que, sem decisão judicial formalizada, as partes operavam na prática um modelo partilhado ("Não há nada [...] Mas a forma como fazemos é como se fosse partilhada" [Pai 1]).

Relativamente à influência destes modelos no exercício parental, vários participantes apontaram que convívios restritos (limitados a um jantar semanal e fins de semana alternados) dificultam a construção e consolidação da relação diádica, considerando a alternância semanal mais propícia à proximidade ("Se fosse uma semana com a mãe, uma semana com o pai, se calhar aí sim já havia mais relação [...] o pai acho que criava maior laço" [Mãe 8]). Esta leitura vai ao encontro de Campeol et al. (2021), que associam a guarda partilhada a um maior envolvimento nos cuidados e na educação, por oposição à guarda unilateral e ao contacto esporádico, facilitadores do afastamento paterno.

Em sentido inverso, outros relatos sublinharam que a determinação legal não assegura, per si, o envolvimento efetivo, emergindo situações de incumprimento do acordo judicial ("A lei é lei e, por vezes, o pai [...] não cumpre com a lei" [Mãe 6]). Neste âmbito, algumas mães manifestaram insatisfação com a atuação dos tribunais, reportando uma sobrecarga e um sentimento de desresponsabilização institucional face ao progenitor ("As mães acabam por arcar com tudo sozinhas [...] Nunca é exigido aos pais o mesmo que é exigido a uma mãe [...]" [Mãe 1]).

Os resultados mostram, deste modo, que o regime de guarda configura um quadro facilitador de oportunidades de convivência, mas a sua eficácia depende da adesão voluntária e do modo como o pai mobiliza essas condições no quotidiano familiar.

Rede de apoio

No que se refere à existência de uma rede de apoio ao pai, a maioria dos participantes referiu a ausência de suporte externo, visão partilhada tanto pelos próprios pais ("Vou ser franco. Porque ninguém me apoia" [Pai 6]) como por várias mães, que associaram por vezes este isolamento ao afastamento do progenitor da sua família de origem ("Não acho que partilha [...] ele afastou-se da família" [Mãe 7]). Em contrapartida, outros relatos descreveram a existência de apoio prático e emocional, sobretudo familiar ("É a minha família, os meus pais e a minha irmã" [Pai 4]), mas também de amizades ("Sim, e amigos também" [Mãe 5]) e, num dos casos, o recurso a acompanhamento psicológico [Pai 5].

A presença deste suporte associou-se a situações de envolvimento paterno ativo, tendo os pais 2, 4 e 5 reportado retaguarda familiar, social ou profissional. Esta tendência alinha-se com a literatura, que tem identificado uma relação positiva entre a integração em redes de apoio informais e a participação dos pais na vida dos filhos (Castillo & Fenzl-Crossman, 2010). Não obstante, verificaram-se exceções a este padrão, uma vez que os pais 3 e 6 mantêm uma presença próxima e participativa mesmo sem disporem de rede de apoio. Estes resultados sugerem, assim, que a rede de apoio atua como um recurso facilitador importante, embora a sua ausência não impeça o exercício de uma paternidade empenhada e próxima.

Estereótipos sociais e normas culturais

Esta subcategoria analisa as perceções dos participantes sobre os papéis parentais e o modo como estas conceções são influenciadas pelas expectativas sociais.

Quanto ao significado de ser pai e mãe, a maioria considerou ambos os papéis igualmente importantes, associando-os ao afeto, presença e cuidado ("Eu acho que é igual. Tanto o pai como a mãe" [Pai 2]). Contudo, várias participantes — sobretudo mães — apontaram que esta igualdade corresponde a uma idealização e não a uma realidade, cabendo à mãe um maior desgaste emocional e ao pai uma função instrumental ("É sofrer muitas vezes calada [...] Os pais muitas vezes assumem uma função mais instrumental [...] acham que o providenciar algum dinheiro [...] é suficiente para ser pai" [Mãe 7]). Outros relatos justificaram a diferenciação através do determinismo biológico da gestação ("A mãe é uma ligação quase umbilical, porque nascemos dentro dela" [Pai 5]) ou de uma sensibilidade atribuída à condição materna [Mãe 5].

Esta divisão refletiu-se na definição concreta das tarefas. Se alguns participantes defenderam uma postura indiferenciada ("É exatamente igual. O que é para um é para o outro" [Mãe 3]), outros reproduziram conceções tradicionais: o pai ligado à proteção instrumental e a mãe à educação afetiva ("O pai talvez tenha um papel mais de proteção e apoio [...]" [Pai 3]; "[Acho que é] muitas vezes corrigir os filhos [...] E darmos muito amor, claro" [Mãe 2]), a mãe associada à autoridade rígida e o pai à indulgência afetiva [Mãe 4], ou o pai como transmissor de uma masculinidade específica [Mãe 3]. Estes dados convergem com Diniz et al. (2026), que assinalam o aumento da expectativa social de coparentalidade a par da persistência de assimetrias reais na prestação de cuidados.

Relativamente ao olhar social, verificou-se o consenso de que a sociedade continua a responsabilizar sobretudo a mãe, encarando o pai como uma "ajuda" financeira ("A sociedade acha que nós mulheres temos obrigação, e os homens são uma boa ajuda, quando são" [Mãe 9]; "O pai é mais aquela pessoa que vai ganhar dinheiro [...] mas a mãe é que tem as responsabilidades de educar" [Mãe 8]). Ainda assim, vários participantes, sobretudo pais, destacaram uma evolução geracional face aos modelos tradicionais da sua infância [Pai 2].

Por fim, a maioria reconheceu a pressão destas normas no envolvimento paterno, associando-a a uma socialização de género iniciada na infância que resulta numa menor cobrança sobre os homens ("A partir do momento em que não é exigido da mesma forma a um rapaz o que é exigido a uma rapariga [...] quando são pais, a sociedade não tem a capacidade de exigir deles aquilo que é o mínimo" [Mãe 1]). Em sentido inverso, apenas um pai recusou qualquer condicionamento sociocultural na sua prática [Pai 4].

Em síntese, os resultados mostram que, apesar da valorização da igualdade, persistem representações tradicionais que sobrecarregam a mãe e desresponsabilizam o pai. Contudo, embora regulem as expectativas em torno de cada papel, estas normas sociais não determinam por si só o envolvimento real, o qual depende da iniciativa de cada pai.

Distância geográfica

A maioria dos participantes não considerou a distância entre a residência do pai e a dos filhos como um fator significativo para o envolvimento paterno ("Não, é igual" [Mãe 6]), mencionando que o afastamento geográfico existente não era suficiente para dificultar a convivência diária ("Não é demasiado perto, mas não é demasiado longe" [Pai 5]).

Contudo, um dos pais salientou que, embora no seu caso atual a distância não represente um entrave, um maior afastamento da filha poderia comprometer o contacto, reconhecendo o valor da proximidade física ("Se eu quisesse estar com a L. amanhã eu conseguia estar com ela. Se eu vivesse muito mais afastado era muito mais complicado" [Pai 1]). Esta perceção alinha-se com a literatura, que tem identificado a proximidade geográfica como um facilitador do envolvimento de pais não residentes (Lizarazu & Cracco, 2021).

Este impacto tornou-se evidente no relato do pai que reside no estrangeiro durante a semana por motivos profissionais, o que limita o contacto presencial aos fins de semana ("[...] eu tento minimizar isso com o facto de fazer questão de falar com ele todos os dias [...] É muito diferente de uma pessoa estar fora e ao final do dia ligar, mesmo que sendo, como estamos agora aqui a falar por videochamada, é muito diferente do que todos os dias ir buscá-lo [...] e estar lá ao lado dele a falar" [Pai 4]). Esta estratégia de compensação através do contacto telefónico diário converge com os dados de Oliveira e Crepaldi (2021), que destacam o recurso a chamadas regulares como uma forma de manter a proximidade afetiva perante o afastamento físico.

Os resultados sugerem, assim, que o impacto desta variável depende da magnitude do afastamento físico, tornando-se mais evidente quando limita as rotinas presenciais. Não obstante, a distância não se traduz necessariamente num menor investimento na relação, mobilizando os pais outros recursos de comunicação para preservar o seu envolvimento.

Conclusão. Os resultados sugerem que as variáveis contextuais operam como facilitadores ou constrangimentos ao envolvimento paterno, embora, de forma isolada, não sejam suficientes para o determinar. Por um lado, o enquadramento do regime de guarda e a distância geográfica regulam sobretudo as oportunidades de contacto presencial e a partilha do quotidiano. Por outro, a rede de apoio constitui um recurso facilitador, enquanto as normas socioculturais continuam a moldar a perceção e a divisão das responsabilidades parentais. Deste modo, as condições contextuais estruturam o cenário em que a parentalidade decorre, mas o seu impacto prático depende da mobilização individual e do compromisso de cada progenitor.

Consequências desenvolvimentais para a criança/adolescente

O envolvimento paterno pode influenciar diferentes dimensões do desenvolvimento dos filhos, abrangendo os domínios académico, social, comportamental e emocional. A literatura

tem associado uma participação paterna positiva a benefícios substanciais no ajustamento das crianças (Oliveira & Crepaldi, 2018). Contudo, este impacto não depende apenas da presença física do pai, assumindo particular relevância a qualidade das interações estabelecidas (Baxter et al., 2011). Esta categoria analisa, assim, as perceções dos participantes sobre os efeitos do envolvimento do pai no percurso desenvolvimental dos filhos.

Desempenho escolar

Relativamente ao impacto do envolvimento paterno no desempenho escolar dos filhos, identificaram-se perceções distintas entre os participantes.

A maioria referiu uma influência positiva da presença do pai no percurso académico, destacando o apoio no esclarecimento de dúvidas e a partilha continuada de dificuldades escolares ("Acho que foi positivo [...] ele esteve sempre lá. Nas dúvidas que elas têm, ou tinham, não é? [...] Ainda hoje, no dia-a-dia, elas partilham muito as dificuldades do trabalho com o pai [...]" [Mãe 4]). Esta relevância foi igualmente reconhecida pelos próprios pais, cientes do impacto direto da sua disponibilidade no processo educativo ("Eu acho que o pai, sendo um pai presente, um pai que apoia, um pai que se preocupa, um pai que proporciona, um pai que ajuda [...] tenho a certeza que influencia de forma positiva a aprendizagem deles" [Pai 3]).

Em contrapartida, uma mãe descreveu um impacto negativo decorrente de uma presença paterna intermitente, sublinhando que as reaparições inesperadas do pai prejudicavam o rendimento da filha em momentos de avaliação, apesar de se tratar de uma aluna com bom aproveitamento prévio ("[...] ele por norma estava um ano inteiro sem lhe telefonar e resolvia aparecer pouco antes dos exames finais de cada ano. E aparecia com promessas [...] isso destabilizava muito emocionalmente a minha filha [...] era muito boa aluna, mas aí ela ficava sempre mexida e não dava aquilo que deveria dar" [Mãe 8]).

Por fim, três mães consideraram que o envolvimento paterno não exerceu qualquer influência significativa nos resultados escolares dos filhos ("[...] não influenciou em nada nos meus filhos [...]" [Mãe 2]).

Desta forma, embora predomine a perceção de um benefício académico, os dados mostram que a relação entre a participação do pai e o percurso escolar depende da forma e consistência do envolvimento paterno.

Comportamentos e competências sociais

A maioria dos participantes identificou impactos do envolvimento paterno nos comportamentos e competências sociais dos filhos, divergindo quanto ao sentido dessa influência.

Por um lado, vários pais consideraram a sua presença essencial na aprendizagem social e na transmissão de valores de respeito e cidadania ("[ensinei-lhes] as regras da boa educação [...] as pessoas têm de saber estar em sociedade" [Pai 6]). Sublinhou-se igualmente o papel do pai na definição de limites e regras quotidianas ("[se] não tivermos presentes, as regras da sociedade para eles não vão existir" [Pai 1]), tendo três mães assinalado que a ausência paterna fragiliza essa regulação ("O seguir regras ajudava imenso ter um pulso mais firme [...] o homem ainda tem outra firmeza" [Mãe 1]). Estes resultados convergem com a literatura que associa a presença paterna à internalização de normas e à redução de problemas de comportamento internalizados e externalizados (Campeol et al., 2021; Oliveira & Crepaldi, 2018).

Em contrapartida, três mães associaram a dinâmica com o pai ao retraimento dos filhos e a bloqueios nas relações sociais decorrentes de vivências passadas adversas ("lembra-se do que passou com o pai" [Mãe 6]). Por fim, dois participantes consideraram esta influência pouco expressiva [Pai 3].

Os dados evidenciam que o impacto comportamental e social não depende apenas da presença física do pai, mas sobretudo da consistência dos limites transmitidos e da segurança afetiva proporcionada pela relação.

Desenvolvimento físico

Relativamente ao impacto do envolvimento paterno no desenvolvimento físico dos filhos, em particular na alimentação e na atividade física, identificaram-se perceções distintas entre os participantes.

Uma parte dos testemunhos destacou uma influência significativa da figura paterna, valorizando o papel da modelagem e do incentivo, tanto nas rotinas alimentares ("[...] ainda hoje a mais nova é muito parecida com o pai a cozinhar [...]" [Mãe 4]) como na prática desportiva ("[...] ele sabia que eu andava no ginásio e também gostava de ir comigo, e então ganhou um gosto especial pela atividade física" [Pai 2]). Este último relato vai ao encontro da literatura, que identifica o exemplo, o encorajamento e a realização conjunta de atividades como

as principais vias através das quais os pais promovem estilos de vida ativos nos filhos (Neshteruk et al., 2020).

Em contrapartida, seis participantes não reconheceram qualquer impacto do envolvimento do pai nestas rotinas, assinalando a ausência de alterações visíveis no quotidiano dos filhos ("No caso dos meus, não influenciou em nada" [Mãe 2]).

Os resultados sugerem, assim, que a influência paterna no desenvolvimento físico opera sobretudo através da partilha de atividades e do exemplo comportamental, embora esta dimensão da parentalidade não seja reconhecida de forma generalizada por todos os participantes.

Desenvolvimento socioemocional

Os participantes reconhecem o impacto do envolvimento paterno no ajustamento socioemocional dos filhos, registando-se, contudo, perspetivas distintas quanto à sua natureza e intensidade.

Vários testemunhos associaram a relação com o pai a repercussões negativas na estabilidade emocional ("Ela só está fragilizada e tem mágoas dentro dela" [Mãe 6]) e na autoestima das crianças ("[...] teve influência na autoestima" [Mãe 7]), expressando apreensão relativamente à capacidade futura de vinculação e intimidade dos filhos [Mãe 7].

Por outro lado, diversos relatos apontaram ganhos desenvolvimentais decorrentes da proximidade com a figura paterna, destacando o desenvolvimento de maturidade perante as adversidades ("[ele] é extremamente adulto a lidar com a situação" [Pai 4]), uma maior flexibilidade e descentração cognitiva ("aprenderam a ver os dois lados, que a vida não é só branco ou preto [...] que tem que haver um compromisso" [Pai 3]), o reforço da empatia [Mãe 4] e da resiliência [Pai 5]. Estes dados convergem com Oliveira e Crepaldi (2018), que associam a proximidade física e afetiva ao pai a índices superiores de bem-estar psicológico e autoestima infantil.

Em sentido divergente, uma mãe considerou que a postura paterna não teve reflexo no comportamento ou percurso do filho [Mãe 9], enquanto outra sublinhou que o afastamento do pai trouxe estabilidade ao quotidiano ("Eles estão mais felizes assim [...] Se o pai estivesse presente na vida deles, estava tudo destabilizado" [Mãe 3]). Este contraste evidencia que a presença paterna não constitui um benefício absoluto por si só, podendo revelar-se perturbadora

em contextos de conflitualidade persistente, o que vai ao encontro dos achados de Baxter et al. (2011) sobre o impacto negativo da hostilidade parental no bem-estar dos filhos.

Os resultados mostram, assim, que as repercussões socioemocionais não decorrem da mera presença do pai, estando dependentes do vínculo estabelecido e do clima coparental.

Conclusão. Os resultados evidenciam que a influência da figura paterna se repercute em múltiplos domínios do desenvolvimento dos filhos (académico, comportamental, físico e socioemocional), ainda que os participantes manifestem leituras heterogéneas quanto ao sentido e à intensidade desse impacto. Enquanto alguns testemunhos destacaram o papel protetor e promotor do pai na regulação de regras, na autoestima e no rendimento escolar, outros associaram a sua postura a fragilidades emocionais ou, inversamente, valorizaram o seu afastamento como garantia de estabilidade. Esta diversidade de trajetórias confirma que os efeitos da parentalidade não decorrem da mera presença física ou do tempo despendido, mas dependem, sobretudo, da estabilidade, da previsibilidade e da qualidade relacional com que o envolvimento paterno é exercido.

Consequências para o pai

A vivência da paternidade repercute-se não apenas no percurso dos filhos, mas na reorganização identitária do próprio progenitor (Petren & Ferraro, 2024).

Neste domínio, emergiu uma discrepância expressiva entre os relatos dos participantes. Por um lado, várias mães afirmaram não identificar alterações significativas no ex-companheiro após o nascimento dos filhos, sublinhando a distância entre o discurso afetivo e as práticas quotidianas de cuidado ("Não sei se ser pai mudou muito a vida dele [...] ele diz que os filhos são muito importantes [...] mas as ações não são consonantes" [Mãe 7]). Por outro lado, todos os pais entrevistados reportaram uma profunda transformação pessoal, assente no sentido de responsabilidade ("Ganha-se aquela responsabilidade, aquela maturidade [...] tens que fazer tudo por eles" [Pai 6]), na sensibilidade emocional e na redefinição de prioridades em torno da criança [Pai 2].

Os dados sugerem, deste modo, que a centralidade subjetiva da identidade paterna não se traduz de forma direta ou automática na assunção dos cuidados práticos. Estes resultados vão ao encontro de Petren e Ferraro (2024), ao evidenciarem desfasamentos entre o investimento

afetivo-identitário sentido pelo pai e o exercício efetivo da parentalidade percecionado pelo outro progenitor.

Conclusão

O presente estudo procurou compreender as diferentes formas de envolvimento paterno após o divórcio, os fatores que as influenciam e as consequências para os filhos. De forma geral, os resultados mostram que este envolvimento não pode ser compreendido apenas através da presença ou da frequência de contacto, integrando diferentes dimensões: o tempo de contacto, as responsabilidades parentais e a qualidade da interação. Foi possível concluir que estas dimensões estão relacionadas, mas nem sempre coincidem, existindo situações de contacto limitado associadas a relações próximas e, inversamente, casos de contacto frequente caracterizados por maior distanciamento afetivo.

Relativamente à primeira questão de investigação, os resultados sugerem que as formas de envolvimento paterno se articulam com diferentes fatores individuais, relacionais e contextuais. As perceções do pai acerca da parentalidade, a sua situação profissional, as experiências na família de origem, a autoeficácia e o bem-estar psicológico revelaram-se associadas a diferentes dimensões do envolvimento. Além disso, as características dos filhos (nomeadamente a idade), a relação coparental, o apoio materno, o regime de guarda, a rede de apoio, as expectativas sociais e a distância geográfica demonstraram igualmente influência na participação do pai. Contudo, nenhum destes fatores explica o envolvimento de forma isolada, reforçando a importância de compreender a sua mútua interdependência.

Em relação à segunda questão de investigação, os participantes associaram o envolvimento paterno a consequências em diferentes áreas do desenvolvimento dos filhos, nomeadamente ao nível escolar, comportamental, social, físico e socioemocional. No entanto, estas repercussões foram avaliadas de modo diverso: alguns participantes identificaram consequências positivas, outros descreveram efeitos negativos e alguns não reconheceram uma influência significativa. Os resultados sublinham, assim, a relevância da consistência e da qualidade da relação, bem como do contexto relacional em que esta decorre. Para além do impacto nos filhos, registaram-se ainda consequências para o próprio pai, apesar das diferenças entre a transformação pessoal por este descrita e as mudanças efetivamente reconhecidas pelas mães.

Em suma, estes resultados reforçam a necessidade de compreender o envolvimento paterno como um fenómeno multidimensional e ecológico, inserido num sistema de relações e contextos que se influenciam reciprocamente. Assim, para apreender este fenómeno, importa

considerar em que dimensões, em que condições e de que modo o envolvimento é vivido pelos diferentes elementos da família.

Este trabalho apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Em primeiro lugar, a dimensão reduzida da amostra, a representação desigual de progenitores (seis pais e nove mães) e a impossibilidade de recrutar díades de ex-casais restringem a diversidade das experiências e impedem a generalização dos dados.

Outra limitação prende-se com o recurso exclusivo a autorrelatos retrospetivos, correspondendo os dados às perceções dos participantes sobre si próprios e sobre o ex-companheiro. Estas narrativas podem encontrar-se condicionadas por lapsos de memória, pela desejabilidade social ou pelo impacto emocional do divórcio.

Apesar destas limitações, o estudo apresenta contributos relevantes para a investigação e para a prática. A inclusão das perspetivas de mães e de pais permitiu aceder a diferentes leituras sobre a parentalidade e reforçou a importância de não avaliar o envolvimento apenas pela quantidade de contacto ou pelo regime formal de guarda.

Futuros estudos poderão superar estas limitações através de amostras mais alargadas que incluam ex-casais e os respetivos filhos, permitindo a triangulação de perspetivas acerca da mesma realidade. Revela-se igualmente importante realizar estudos longitudinais que acompanhem as famílias a partir da separação, de forma a compreender como o envolvimento paterno e os fatores associados evoluem ao longo do tempo.

Referências bibliográficas

Amato, P. R. (2000) The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and Family*, 62, 1269–1287. https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.01269.x

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Baxter, J., Weston, R., & Qu, L. (2011). Family structure, co-parental relationship quality, post-separation paternal involvement and children's emotional wellbeing. Journal of Family Studies, 17(2), 86–109. https://doi.org/10.5172/jfs.2011.17.2.86

Bronfenbrenner, U. (1995). The bioecological model from a life course perspective: Reflections of a participant observer. In Examining lives in context: Perspectives on the ecology of human development. *American Psychological Association*, 599–618. https://doi.org/10.1037/10176-017

Bucheli, M., & Vigorito, A. (2023). Short- and medium-term effects of parental separation on children's well-being: Evidence from Uruguay. *Population & Development Review*, 49(2), 351–377. https://doi.org/10.1111/padr.12556

Campeol, A. R., Oliveira, J. L. A. P., Crepaldi, M. A. (2021). Famílias no pós-divórcio: envolvimento paterno e guarda dos(as) filhos(as) na perspectiva de pais e mães divorciados. *Psicologia Argumento*, 39(107), 1220–1244. https://doi.org/10.7213/psicolargum39.107.AO11

Cancian, M., Costanzo, M. A., & Meyer, D. R. (2026). Formal and informal shared parenting among divorced and never-married parents. *Journal of Marriage and Family*. https://doi.org/10.1111/jomf.70024

Castillo, J. T., & Fenzl-Crossman A. (2010). The relationship between non-marital fathers' social networks and social capital and father involvement. *Child & Family Social Work,* 15(1), 66–76. https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2009.00644.x

Diniz, E., d'Orsi, D., & Mourão, S. (2026). What is being a father in Portugal? Examining parental representations and their association with father involvement. *Journal of Family Studies*, 32(2), 273–291. https://doi.org/10.1080/13229400.2025.2518560

Eckhard, J. (2021). Social isolation as a consequence of transitions in partner relationships: How formations and endings of partner relationships affect the risk of social disconnectedness. *Journal of Family Research*, 33(1), 22–71. https://doi.org/10.20377/jfr-367

Fadel, L., Boertien, D., & Schnor, C. (2025). The gendered economic consequences of forming a single-parent household after separation. *Journal of Marriage & Family*, 87(3), 1060–1083. https://doi.org/10.1111/jomf.13061

Fučík, P. (2020). Trends in divorce acceptance and its correlates across european countries. *Czech Sociological Review*, 56(6), 863–895. https://doi.org/10.13060/csr.2020.053

Garriga, A., & Pennoni, F. (2022). The causal effects of parental divorce and parental temporary separation on children's cognitive abilities and psychological well-being according to parental relationship quality. *Social Indicators Research*, 161(2/3), 963–987. https://doi.org/10.1007/s11205-020-02428-2

Gaspar, S., Ramos, M., & Ferreira, A. C. (2013). Análise comparativa dos divórcios em casais nacionais e binacionais em Portugal. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 26, 81–112. http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=426539989005

Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010). Casa do pai, casa da mãe: A coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 77–87. https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000100010

Kalmijn, M., & Leopold, T. (2021). A new look at the separation surge in Europe: Contrasting adult and child perspectives. *American Sociological Review*, 86(1), 1–34. https://doi.org/10.1177/0003122420973982

Kessler, D., Potarca, G., & Bernardi, L. (2022). Measuring public-private-substitution after divorce: Ex-spouse income and the effect of marital separation on social assistance take-up. *International Journal of Social Welfare*, 31(2), 176–186. https://doi.org/10.1111/ijsw.12514

Lamb, M. E., Pleck, J. H., Charnov, E. L., & Levine, J. A. (1985). Paternal behavior in humans. *American Zoologist*, 25(3), 883-894. https://doi.org/10.1093/icb/25.3.883

Larouche, K., Pierce, T., Drapeau, S., & Saint-Jacques, M.-C. (2023). Understanding fathers' involvement relative to the other parent after parental separation. *Journal of Divorce & Remarriage*, 64(7–8), 254–279. https://doi.org/10.1080/10502556.2023.2290899

Larouche, K., Pierce, T., Drapeau, S., & Saint-Jacques, M.-C. (2024). Profiles of father involvement following parental separation. *Journal of Child & Family Studies*, 33(2), 648–662. https://doi.org/10.1007/s10826-023-02754-2

Lima, J. A. (2018). O envolvimento do pai: Formas, fatores e consequências. Parentalidade e género, 9–48. *Centro de Estudos Judiciários*. https://cej.justica.gov.pt/LinkClick.aspx?fileticket=ccoQy9wqXmI%3D&portalid=30

Lizarazu, L., & Cracco, C. (2021). Father involvement after divorce: A systematic review. *Ciencias Psicológicas*, 15(2), 1–18. https://doi.org/10.22235/cp.v15i2.2408

Neshteruk, C. D., Jones, D. J., Ammerman, A., Tate, D. F., & Ward, D. S. (2020). Understanding the role of fathers in children's physical activity: A qualitative study. *J Phys Act Health*, 17(5), 540–547. doi: 10.1123/jpah.2019-0386.

Olărescu, V., & Dicu, A. (2024). Causes and consequences of divorced parents in child personality development. *Journal of Innovation in Psychology, Education & Didactics*, 28(1), 7–16. https://doi.org/10.29081/JIPED.2024.28.1.01

Oliveira, J. L. A. P., Campeol, A. R., Crepaldi, M. A. (2022). Coparentalidade e

paternidade após o divórcio: Experiências de pais e mães separados(as). *Pensando Famílias*. 26(1), 104–120.

Oliveira, J. L. A. P., & Crepaldi, M. A. (2018). Relação entre o pai e os filhos após o divórcio: Revisão integrativa da literatura. *Actualidades En Psicología*, 32(124), 91–109. https://doi.org/10.15517/ap.v32i124.29021

Oliveira, J. L. A. P., Crepaldi, M. A. (2021). O envolvimento paterno no contexto do divórcio na perspectiva do pai separado. *Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas de Grupo do Estado de São Paulo*, 22(1), 54–66. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7816238

Pereira, M. G., & Pinto, H. (2015). Women's perception of separation/divorce in Portugal: A sociodemographic profile. *Journal of Divorce & Remarriage*, 56(4), 300–316. https://doi.org/10.1080/10502556.2015.1025896

Peters, B., & Ehrenberg, M. F. (2008). The influence of parental separation and divorce on father-child relationships. *Journal of Divorce & Remarriage*, 49(1/2), 78–109. https://doi.org/10.1080/10502550801973005

Petren, R. E., & Ferraro, A. J. (2024). Fathers' status and role identities and involvement shortly after divorce. *Family Relations: An Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 73(2), 1401–1422. https://doi.org/10.1111/fare.12921

Pleck, J. H. (1997). Paternal involvement: Levels, sources, and consequences. In M. E. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (pp. 66-103). John Wiley & Sons.

Popova, D., & Navicke, J. (2019). The probability of poverty for mothers after childbirth and divorce in Europe: The role of social stratification and tax-benefit policies. *Social Science Research*, 78, 57–70. https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2018.10.007

PORDATA. (2025). Divórcios. Fundação Francisco Manuel dos Santos. PORDATA — Divórcios

Ramaekers, M. J. M., Verbakel, E., Kraaykamp, G., & van der Lippe, T. (2025). More or less help? A longitudinal investigation of positive and negative consequences of divorce for informal helping. *Community, Work & Family*, 28(1), 55–70. https://doi.org/10.1080/13668803.2023.2183786

Terhell, E. L., Broese van Groenou, M. I., & Van Tilburg, T. (2004). Network dynamics in the long-term period after divorce. *Journal of Social and Personal Relationships*, 21(6), 719–738. https://doi.org/ 10.1177/0265407504047833

Anexos

Anexo A

Guião da Entrevista Semiestruturada Para os Pais

Guião da entrevista homens

Introdução:

Antes de iniciarmos a entrevista, gostaria de agradecer a sua disponibilidade para participar neste estudo. Esta entrevista faz parte da minha investigação no âmbito da dissertação de Mestrado em Psicologia, que tem como objetivo compreender o envolvimento paterno em situações de separação ou divórcio e os fatores que o podem influenciar.

Através desta entrevista, pretendo compreender a sua experiência e perspetiva pessoal sobre um conjunto de questões, sendo que não existem respostas certas ou erradas.

A sua participação é voluntária e todas as informações recolhidas serão tratadas de forma confidencial e anónima. Os dados serão utilizados apenas para fins de investigação. Se em qualquer momento quiser interromper a entrevista ou não responder a alguma questão, pode fazê-lo livremente.

Tem alguma dúvida antes de começarmos?

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS:

Idade:

Sexo:

Nacionalidade:

Nível de escolaridade:

Situação profissional atual:

Área de atividade profissional:

Ano da separação/divórcio:

Duração da relação conjugal anterior:

Estado civil atual:

Número de filhos:

Todos da mesma parceira?

Idade(s) do(s) filho(s):

QUESTÕES:

1. O que significa para si ser pai? E, na sua perspetiva, o que significa ser mãe?
2. Na sua opinião, qual é o papel mais importante do pai na vida dos filhos? E o papel mais importante da mãe?
3. Como acha que a nossa sociedade vê o papel do pai? E o da mãe?
4. Acha que as expectativas da sociedade influenciam a forma como exerce o seu papel de pai?
5. Está familiarizado com as leis ou medidas que promovem o envolvimento do pai após o divórcio, como a guarda partilhada ou a licença parental?
6. Considera que essas políticas têm impacto real na forma como os pais participam na vida dos filhos?
7. Qual é o tipo de guarda atualmente estabelecido em relação ao(s) seu(s) filho(s)?
8. Como é que sente que este tipo de guarda influencia a sua relação com o(s) seu(s) filho(s) e o tempo que passam juntos?
9. Acha que a distância entre a sua casa e a do(s) seu(s) filho(s) influencia a vossa relação? De que forma?
10. Se tivesse de identificar os papéis mais importantes na sua vida neste momento (por exemplo, ser filho, trabalhador, pai, amigo, neto, etc.) quais destacaria e porquê?
11. Como equilibra o papel de pai com outros papéis da sua vida, como o trabalho, as amizades ou as relações pessoais?
12. Como descreveria a relação com a sua ex-companheira enquanto estavam juntos?

13. A parentalidade foi algo planeado por ambos ou aconteceu de forma inesperada?
14. Como é que sente que foi vivida a gravidez enquanto casal?
15. Como descreveria a relação com a sua ex-companheira enquanto pais após o divórcio?
16. (Se não aprofundarem muito na primeira questão) Quais diria que são os aspetos que funcionam melhor na vossa relação enquanto pais? E quais considera mais difíceis?
17. Alguma vez sentiu que existiam barreiras que dificultavam o contacto com o(s) seu(s) filho(s)? Que tipo de barreiras?
18. Sente que a mãe do(s) seu(s) filho(s) apoia e reconhece a importância do seu papel enquanto pai?
19. De que forma acha que o apoio (ou a falta dele) por parte da mãe influencia o seu envolvimento com o(s) filho(s)?
20. Acha que a sua situação profissional ou financeira influencia a forma como se envolve com o(s) seu(s) filho(s)? De que forma?
21. De que forma as suas experiências enquanto filho influenciam a forma como se vê como pai?
22. (Se não aprofundarem) Há aspetos do modo como o seu pai se envolvia consigo que procura reproduzir ou que gostaria de fazer de forma diferente na sua própria relação com o(s) seu(s) filho(s)?
23. À medida que o(s) seu(s) filho(s) cresce(m), de que forma sente que a vossa relação tem mudado?
24. (Se não abordarem este assunto) Há momentos ou idades em que sente que é mais difícil lidar com as exigências da parentalidade? Porquê?
25. Sente que interage de forma diferente com os seus filhos por serem rapazes ou raparigas?
26. Sente que o seu estado emocional influencia a relação que tem com o(s) seu(s) filho(s)? Há momentos em que sente que consegue estar mais disponível e paciente e outros onde sente mais dificuldade?

27. No cuidado e educação dos seus filhos, em que áreas acha que se sente mais confiante ou mais inseguro no seu papel de pai?
28. Quem considera que mais o apoia na sua função parental (por exemplo, familiares, amigos, escola, colegas de trabalho)?
29. Já sentiu falta de apoio ou compreensão na sua função parental?
30. De que forma acha que o seu envolvimento influencia o desempenho escolar e a aprendizagem do(s) seu(s) filho(s)?
31. Acha que o seu envolvimento tem influência na maneira como o(s) seu(s) filho(s) se comporta(m) socialmente? Ou seja, nota diferenças na empatia, na partilha ou na cooperação do(s) seu(s) filho(s)?
32. Considera que o seu envolvimento tem impacto na forma como o(s) seu(s) filho(s) lida(m) com regras, autoridade ou comportamentos de risco?
33. Procura promover hábitos de vida saudáveis, como alimentação equilibrada, exercício ou descanso? Acha que isso influencia o interesse do(s) seu(s) filho(s) pela atividade física?
34. Na sua opinião, a situação de divórcio ou de separação vai influenciar o desenvolvimento da criança e o adulto que esta se vai tornar?
35. Acha que ser pai o tornou uma pessoa diferente? Em que aspetos?

Anexo B

Guião da Entrevista Semiestruturada das Mulheres

Guião entrevista mulheres

Introdução:

Antes de iniciarmos a entrevista, gostaria de agradecer a sua disponibilidade para participar neste estudo. Esta entrevista faz parte da minha investigação no âmbito da dissertação de mestrado em Psicologia, que tem como objetivo compreender o envolvimento paterno em situações de separação ou divórcio e os fatores que o podem influenciar.

Através desta entrevista, pretendo compreender a sua experiência e perspetiva pessoal sobre estas questões, sendo que não existem respostas certas ou erradas.

A sua participação é voluntária e todas as informações recolhidas serão tratadas de forma confidencial e anónima. Os dados serão utilizados apenas para fins de investigação. Se em qualquer momento quiser interromper a entrevista ou não responder a alguma questão, pode fazê-lo livremente.

Tem alguma dúvida antes de começarmos?

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS:

Idade:

Sexo:

Nacionalidade:

Nível de escolaridade:

Situação profissional atual:

Área de atividade profissional:

Ano da separação/divórcio:

Duração da relação conjugal anterior:

Estado civil atual:

Número de filhos:

Todos do mesmo parceiro?

Idade(s) do(s) filho(s):

QUESTÕES:

1. O que significa para si ser mãe? E , na sua perspetiva, o que significa ser pai?
2. Na sua opinião, qual é o papel mais importante da mãe na vida dos filhos? E o papel mais importante do pai?
3. Como acha que a nossa sociedade vê o papel da mãe? E do pai?
4. Acha que essas expectativas da sociedade influenciam a forma como o pai exerce a sua parentalidade?
5. Como é que idealizava um pai para o(s) seu(s) filho(s)?
6. Está familiarizado(a) com as leis ou medidas que promovem o envolvimento do pai após o divórcio, como a guarda partilhada ou a licença parental?
7. Considera que essas políticas têm impacto real na forma como os pais participam na vida dos filhos?
8. Qual é o tipo de guarda atualmente estabelecido em relação ao(s) seu(s) filho(s)?
9. Como é que sente que este tipo de guarda influenciam a relação que o pai tem com o(s) seu(s) filho(s) e o tempo que passa com ele(s)?
10. Acha que a distância entre a casa do(s) seu(s) filho(s) e a casa do pai influencia a sua relação? De que forma?
11. Se tivesse de identificar os papéis mais importantes na sua vida neste momento (por exemplo, ser filha, trabalhadora, mãe, amiga, neta, etc.) quais destacaria e porquê?

12. Como equilibra o papel de mãe com outros papéis da sua vida, como o trabalho, as amizades ou as relações pessoais?

13. Como descreveria a relação com o seu ex-parceiro enquanto estavam juntos?

14. A parentalidade foi algo planeado por ambos ou aconteceu de forma inesperada?

15. Como é que sente que foi vivida a gravidez enquanto casal?

16. Como descreveria a relação com o seu ex-companheiro enquanto pais após o divórcio?

17. (Se não aprofundarem muito na primeira questão) Quais diria que são os aspetos que funcionam melhor na vossa relação enquanto pais? E os que considera mais difíceis?

18. Acha que a situação profissional ou financeira do pai tem influência na forma como se envolve com o(s) seu(s) filho(s)? De que forma?

19. De que forma acha que as experiências do seu ex-parceiro enquanto filho influenciam a forma como ele se vê como pai?

20. Sente que a relação do seu ex-marido com o(s) seu(s) filho(s) tem mudado à medida que este(s) cresce(m)?

21. Sente que o pai interage com o(s) seu(s) filho(s) de forma diferente por ser(em) rapaz(es) ou rapariga(s)?

22. Sente que o estado emocional do seu ex-parceiro influencia a relação que ele tem com o(s) seu(s) filho(s)? Existem momentos em que ele está mais disponível e paciente e outros onde tem mais dificuldade?

23. No cuidado e educação dos seus filhos, em que áreas acha que o pai se sente mais confiante ou mais inseguro no papel de pai?

24. Acha que o pai tem uma rede de apoio (como familiares, amigos ou instituições) que o auxilie na parentalidade?

25. De que forma acha que o envolvimento do pai influencia o desempenho escolar e a aprendizagem do(s) seu(s) filho(s)?

26. Acha que o envolvimento do pai tem influência na maneira como o(s) seu(s) filho(s) se comporta(m) socialmente? Ou seja, nota diferenças na empatia, na partilha ou na cooperação do(s) seu(s) filho(s)?

27. Considera que o envolvimento do pai tem impacto na forma como o(s) seu(s) filho(s) lida(m) com regras, autoridade ou comportamentos de risco?

28. Acha que o pai influencia os hábitos de vida, físicos e de saúde do(s) vosso(s) filho(s)?

29. Na sua opinião, a situação de divórcio ou de separação vai influenciar o desenvolvimento da criança e o adulto que esta se vai tornar?

30. Considera que ser pai teve algum impacto no bem-estar e equilíbrio emocional do seu ex-parceiro? Sente que provocou alguma mudança na pessoa que ele é?

Anexo C

Consentimento Informado

U.PORTO
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE DO PORTO

Apresentação do estudo

Aceito participar num estudo que está a ser desenvolvido no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Psicologia, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, sob orientação do Doutor José Albino Lima. Este estudo tem como objetivo compreender o envolvimento paterno em situações de separação ou divórcio e os fatores que o podem influenciar.

A participação neste estudo envolve a resposta a um conjunto de questões em formato de entrevista, a realizar presencialmente ou online. A participação é livre, podendo responder apenas às questões que desejar.

Solicita-se a sua autorização para a entrevista ser gravada, necessária para a posterior transcrição e análise dos dados. Toda a informação recolhida será utilizada apenas para fins de investigação científica. Será garantida a confidencialidade das respostas e o anonimato dos participantes, não sendo divulgados quaisquer dados pessoais. A participação é totalmente voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Poderá igualmente optar por não responder às questões que lhe sejam colocadas.

Caso surjam dúvidas ou se, em qualquer momento, desejar retirar o seu consentimento relativamente à participação e/ou utilização das respostas fornecidas, deverá contactar a investigadora através do seguinte endereço de e-mail: cindyguedes33@gmail.com.

Agradeço a sua disponibilidade e colaboração,

Cindy Guedes

Mestranda em Psicologia

U.PORTO
FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO PORTO

Consentimento Informado

Eu, _____,
declaro que fui devidamente informado/a sobre os objetivos e procedimentos do presente estudo, bem como sobre o carácter voluntário e as condições da minha participação. Foi-me dada a oportunidade de colocar questões, tendo todas as minhas dúvidas sido esclarecidas de forma satisfatória.

Assinatura do participante: _____
Assinatura da investigadora: _____
Data: ____/____/____

Anexo D

Categorias e Subcategorias

Categoria	Subcategoria
1. Formas de Envolvimento Paterno (Esta categoria integra as diferentes formas através das quais o pai se envolve na vida dos filhos após a separação ou o divórcio, englobando a frequência e duração do contacto, a participação nas responsabilidades e decisões relativas aos filhos e a natureza da relação estabelecida entre pai e filhos.)	1.1 Tempo de contacto (Inclui referências à frequência, duração e regularidade do contacto entre o pai e os filhos após a separação, bem como à organização e distribuição do tempo passado com os mesmos.)
	1.2 Responsabilidades parentais (Contempla o envolvimento do pai no exercício das responsabilidades parentais, incluindo a participação nas decisões relativas à vida dos filhos, a assunção de responsabilidades e tarefas parentais e a forma como estas são desempenhadas.)
	1.3 Interação parental (Referências à natureza e à qualidade do vínculo estabelecido entre o pai e os filhos, incluindo aspetos emocionais, afetivos e relacionais da interação. Abrange manifestações de proximidade, afeto, confiança, comunicação, satisfação com a relação, ligação emocional e realização de atividades partilhadas, situações de distanciamento, conflito, medo, retraimento ou dificuldades na relação.)
2. Fatores individuais do pai (Esta categoria integra características, experiências, perceções e condições individuais do pai que podem influenciar a forma como este se envolve na vida dos filhos após a separação ou o divórcio.)	2.1 Perceções e representações da parentalidade (Referências às perceções, valores, crenças e significados atribuídos pelo pai ao papel parental e à importância de ser pai na sua vida, incluindo a perceção acerca da relevância da presença paterna no desenvolvimento dos filhos, o sentido de responsabilidade associado à parentalidade e a importância atribuída à manutenção do envolvimento após a separação.)
	2.2 Situação profissional e financeira (Integra referências às condições profissionais, laborais e económicas do pai que possam facilitar ou dificultar o seu envolvimento com os filhos após a separação.)
	2.3 Modelos parentais de origem (Referências às experiências vivenciadas pelo pai na sua própria família de origem e à forma como estas influenciam as suas conceções e práticas parentais.)
	2.4 Autoeficácia parental (Integra referências à perceção que o pai apresenta acerca da sua própria capacidade, competência e confiança para desempenhar adequadamente o papel parental e responder às necessidades dos filhos.)
	2.5 Bem-estar psicológico

	(Referências ao estado de bem-estar psicológico do pai e às suas condições emocionais e psicológicas.)
3. Fatores individuais da criança ou adolescente (Esta categoria inclui características individuais da criança ou adolescente que possam influenciar as formas de envolvimento paterno após a separação ou o divórcio.)	3.1 Idade (Inclui referências à idade ou fase do desenvolvimento da criança ou adolescente enquanto característica individual suscetível de influenciar as formas de envolvimento paterno após a separação ou o divórcio.)
	3.2 Sexo (Referências ao sexo da criança ou adolescente enquanto característica individual potencialmente relacionada com as formas de envolvimento paterno e com a experiência da relação pai-filho após a separação.)
4. Relação coparental (Aspetos da relação estabelecida entre os pais após a separação ou o divórcio e a forma como esta influência o envolvimento paterno.)	4.1 Relação enquanto estavam juntos (Referências à natureza e qualidade da relação estabelecida entre os pais durante o período em que estavam juntos, incluindo a comunicação, proximidade, satisfação conjugal, conflitos, divisão de responsabilidades e outras características da relação que antecederam a separação.)
	4.2 Planeamento da gravidez (Forma como a gravidez foi planeada, desejada ou não planeada pelos progenitores, bem como às circunstâncias e motivações associadas à decisão de ter um filho.)
	4.3. Vivência parental da gravidez (Experiência dos progenitores durante a gravidez, nomeadamente participação e envolvimento do pai, reações emocionais à gravidez, preparação para a parentalidade e forma como ambos vivenciaram a transição para a parentalidade.)
	4.4. Relação coparental após o divórcio (Forma como os pais se relacionam e coordenam após a separação ou o divórcio, abrangendo comunicação, cooperação, partilha de responsabilidades, tomada de decisões relativas aos filhos, confiança nas capacidades parentais do outro progenitor e conflitos coparentais.)
	4.5. Apoio da mãe à relação pai-filho (Atitudes e comportamentos da mãe e o seu impacto, facilitando, promovendo, dificultando ou impedindo a manutenção e o desenvolvimento da relação entre o pai e os filhos após a separação.)
5. Variáveis contextuais	5.1. Impacto das leis e da guarda

(Condições externas ao pai, à criança e à relação entre os progenitores que podem influenciar as formas de envolvimento paterno após a separação ou o divórcio.)	(Influência da legislação, das decisões judiciais e do regime de guarda estabelecido após o divórcio, incluindo perceções acerca da guarda partilhada, responsabilidades parentais, e problemas ou oportunidades causadas pelo enquadramento legal e institucional.)
	5.2. Rede de apoio (Disponibilidade e influência das redes de apoio formais e informais na experiência da parentalidade após o divórcio.)
	5.3. Estereótipos sociais e normas culturais (Inclui referências às expectativas sociais, estereótipos de género e normas culturais relativas aos papéis parentais, à parentalidade paterna e materna e à divisão das responsabilidades entre homens e mulheres.)
	5.4. Distância (Distância geográfica entre as casas dos pais e a sua influência sobre a possibilidade, frequência e organização do contacto entre o pai e os filhos.)
6. Consequências desenvolvimentais para a criança/adolescente (Efeitos ou consequências, positivas ou negativas, associadas às formas de envolvimento paterno e à relação estabelecida com o pai no desenvolvimento e ajustamento da criança ou adolescente.)	6.1. Desempenho escolar (Consequências ao nível do desempenho e funcionamento escolar ou académico da criança ou adolescente.)
	6.2. Comportamentos e competências sociais (Consequências do envolvimento paterno ao nível do funcionamento social e comportamental da criança ou adolescente, integrando a capacidade de estabelecer e manter relações interpessoais, de interagir com pares e adultos, aspetos relacionados com a interiorização e cumprimento de regras, aceitação da autoridade, estabelecimento de limites, controlo comportamental e manifestação ou prevenção de comportamentos de risco.)
	6.3. Desenvolvimento físico (Consequências do envolvimento paterno associadas ao nível do desenvolvimento físico e dos hábitos de vida da criança ou adolescente, nomeadamente, a prática de atividade física, os hábitos alimentares, adoção de estilos de vida saudáveis e outros comportamentos relacionados com a saúde e o bem-estar físico.)
	6.4. Desenvolvimento Socioemocional (Consequências ao nível do funcionamento emocional, relacional e psicológico e do desenvolvimento socioemocional da criança ou adolescente.)

7. Consequências para o pai

(Consequências, positivas ou negativas, decorrentes da experiência e do exercício da paternidade na vida do pai.)

FACULDADE DE **PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**